INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM HAITI:
UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL (2010-2015)

JOVENS DUBERY

Foz do Iguaçu
Ano 2025

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM HAITI:
UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL (2010-2015)

JOVENS DUBERY

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Alejandra Nicolás

Foz do Iguaçu
Ano 2025

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

JOVENS DUBERY

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM HAITI:
UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL (2010-2015)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Prof. Dra. Maria Alejandra Nicolás
(UNILA)

_____
Prof. Dra. Eloiza Dal Pozzo Chibiaqui
(UNILA)

_____
Prof. Dr. Amilton Jose Moretto

(UNILA)

Foz do Iguaçu, 30 de julho de 2025.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Dedico este trabalho à minha querida família, aos meus amigos e à todas as pessoas portadoras de deficiências.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha professora orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade e paciência;

Agradeço também a Deus pela força e coragem que me deu para superar esta etapa. A todos os professores que me apoiaram ao longo deste curso.

Aos meus colegas de turma por todo o tempo que passamos juntos durante este ciclo de estudos. Aprendi muito com eles e contínuo convicto de que a experiência de integração na UNILA foi muito enriquecedora.

A minha mãe, Fidosia Pierre, ao meu pai, Elidey Dubery, aos meus irmãos, Edolph e Mansico, à minha irmã, Weldine Dubery, às minhas duas sobrinhas, e especialmente à minha querida Fedora Claire Pierrot, que contribuíram de uma forma ou de outra para o sucesso deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço a todos os amigos haitianos que conheci durante esta viagem, especialmente Djanamy, Job, Friztnel, Marcelin, Melissa, Louinel, Samuel etc.

Finalmente, a Francoeur por todos os seus esforços em me ajudar a encontrar os dados necessários para concluir este trabalho. Muito obrigado a você, meu irmão.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

“Quando você não se declara imediatamente, cria expectativas..... Misture um pouco de mistério em tudo, e o próprio mistério despertará a veneração. E quando você
explicar, não seja muito explícito... Desta maneira, você imita o jeito divino quando faz os homens ficarem observando maravilhados”.

Baltasar Gracián, 1601-1658

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

DUBERY, Jovens. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM HAITI:** UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL (2010-2015)**.** Trabalho de Conclusão de Curso graduação de Administração pública e políticas públicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMO

As políticas públicas de educação inclusiva possuem como intuito a inclusão social e a redução das desigualdades entre as crianças em idade escolar, exigindo que os Estados respondam de forma eficaz às expectativas da sociedade através de políticas públicas. A inclusão social, especialmente a inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional viabiliza, que elas usufruam plenamente de seus direitos. Este trabalho investiga as políticas públicas de educação inclusiva no Haiti entre o período de 2010-2015, analisando como estão sendo implementadas. Para isso, delimitou-se a análise às temáticas de infraestruturas escolares e formação de professores, por entender que essas dimensões são essenciais para a inclusão. Trata-se de um estudo exploratório de uma abordagem qualitativa, que inclui uma revisão bibliográfica, utilizando relatórios de organizações internacionais, documentos científicos sobre a educação inclusiva, análise documental e aplicação de um roteiro de questões a especialistas de três instituições-chave. A análise revelou que as infraestruturas escolares não são acessíveis a alunos com deficiência, bem como uma falta de formação inicial e continuada para os professores. Ainda, a pesquisa destacou que há uma confusão conceitual entre os termos “Integração” e Inclusão” por parte dos responsáveis. Quando as leis e os programas educacionais usam o termo integração em vez de inclusão, isso pode discorrer numa aplicação limitada ou não adaptada na prática da inclusão. Conclui-se que o processo de uma educação inclusiva no Haiti continua sendo uma ideia em construção.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Inclusão Social; Políticas Públicas; Pessoas com deficiências; Haiti.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

DUBERY, Jovens. **POLITIK PIBLIk POU EDIKASYON ENKLIZIF AN AYITI:** YON ANALIZ SOU ENKLIZYON TIMOUN ANDIKAPE NAN EDIKASYON PRIMÈ (2010-2015). Travay fen etid Administrasyon Piblik ak Politik Piblik – Inivèsite Federal pou Entegrasyon Amerik Latin, Foz do Iguaçu, 2025.

REZIME

Politik piblik sou edikasyon enklizif yo vize ankouraje enklizyon sosyal epi diminye inegalite nan mitan timoun ki gen laj lekòl, sa ki egzije pou leta yo reponn efektivman a atant sosyete a atravè politik piblik yo. Enklizyon sosyal, sitou enklizyon timoun ki andikape nan sistèm edikasyon an, pèmèt yo jwi dwa yo nèt ale. Etid sa a envestige politik piblik sou edikasyon enklizif an Ayiti ant 2010 ak 2015, analize kijan y ap aplike yo. Pou sa, analiz la te limite a tèm enfrastrikti lekòl ak fòmasyon pwofesè yo, konprann ke dimansyon sa yo esansyèl pou enklizyon. Sa a se yon etid eksploratwa ki itilize yon apwòch kalitatif, ki gen ladan yon revizyon literati lè l sèvi avèk rapò ki soti nan òganizasyon entènasyonal yo, dokiman syantifik sou edikasyon enklizif, yon analiz dokimantè, ak aplikasyon yon lis kesyon bay ekspè ki soti nan twa enstitisyon kle yo. Analiz la te revele ke enfrastrikti lekòl la pa aksesib pou elèv ki andikape yo, osi byen ke yon mank fòmasyon inisyal ak kontinyèl pou pwofesè yo. Anplis de sa, rechèch la te mete aksan sou konfizyon konseptyèl nan mitan responsab yo ant tèm "entegrasyon" ak "enklizyon". Lè lwa ak pwogram edikasyon yo itilize tèm entegrasyon olye de enklizyon, sa ka mennen nan yon aplikasyon limite oswa ensifizan nan pratik enklizyon. Konklizyon an se ke pwosesis edikasyon enklizif la an Ayiti rete yon ide an konstriksyon.

Mo kle: Edikasyon Enklizif; Enklizyon Sosyal; Politik Piblik; Moun Andikape; Ayiti.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

DUBERY, Jovens. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN HAITÍ:** UN ANÁLISIS SOBRE LA INCLUSIÓN DE NIÑOS CON DISCAPACIDAD EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA (2010-2015). Trabajo de Fin de Grado en Administración Pública y Políticas Públicas – Universidad Federal para la Integración Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMEN

Las políticas públicas de educación inclusiva buscan promover la inclusión social y reducir las desigualdades entre los niños en edad escolar, lo que exige que los Estados respondan eficazmente a las expectativas de la sociedad mediante políticas públicas. La inclusión social, en particular la inclusión de niños con discapacidad en el sistema educativo les permite disfrutar plenamente de sus derechos. Este estudio investiga las políticas públicas de educación inclusiva en Haití entre 2010 y 2015, analizando su implementación. Para ello, el análisis se centró en los temas de infraestructura escolar y formación docente, entendiendo que estas dimensiones son esenciales para la inclusión. Se trata de un estudio exploratorio con un enfoque cualitativo que incluye una revisión bibliográfica con informes de organizaciones internacionales, documentos científicos sobre educación inclusiva, un análisis documental y una aplicación de un guion de preguntas a expertos de tres instituciones clave. El análisis reveló que la infraestructura escolar no es accesible para los estudiantes con discapacidad, así como una falta de formación inicial y continua para los profesores. Además, la investigación destacó que existe una confusión conceptual entre los términos "integración" e "inclusión" entre los responsables políticos. Cuando las leyes y los programas educativos utilizan el término "integración" en lugar de "inclusión", esto puede llevar a una aplicación limitada o inadecuada de la inclusión en la práctica. Se concluye que el proceso de educación inclusiva en Haití sigue siendo una idea en construcción.

Palabras clave: Educación Inclusiva; Inclusión Social; Políticas Públicas; Personas con discapacidad; Haití.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

DUBERY, Jovens. **PUBLIC POLICIES FOR INCLUSIVE EDUCATION IN HAITI:** AN ANALYSIS ON THE INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN ELEMENTARY EDUCATION (2010-2015). Undergraduate Course Completion Work in Public Administration and Public Policies – Federal University for Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2025.

ABSTRACT

Public policies on inclusive education aim to promote social inclusion and reduce inequalities among school-age children, requiring states to effectively respond to society's expectations through public policies. Social inclusion, especially the inclusion of children with disabilities in the education system, enables them to fully enjoy their rights. This study investigates public policies on inclusive education in Haiti between 2010 and 2015, analyzing how they are being implemented. To this end, the analysis was limited to the themes of school infrastructure and teacher training, understanding that these dimensions are essential for inclusion. This is an exploratory study using a qualitative approach, which includes a literature review using reports from international organizations, scientific documents on inclusive education, document analysis, and a questionnaire administered to experts from three key institutions. The analysis revealed that school infrastructure is not accessible to students with disabilities, as well as a lack of initial and continuing teacher training. Furthermore, the research highlighted conceptual confusion between the terms "integration" and "inclusion" on the parto f those responsible. When laws and educational programs use the term integration instead of inclusion, this can lead to limited or inadequate application of inclusion in practice. It is concluded that the process of inclusive education in Haiti remains an idea that is still under construction.

Key words: Inclusive Education; Social Inclusion; Public Policies; People with Disabilities; Haiti.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação das instituições e dos representantes.....24

Quadro 2 – Documentos analizados.....28

Quadro 3– Estrutura do sistema educacional haitiano.....31

Quadro 4 – Atividades para garantir o acesso à educação para as crianças com deficiência.....31

Quadro 5 – Atividades para melhorar a qualidade da educação e facilitar o desenvolvimento das crianças com deficiência.....32

Quadro 6 – Atividades para melhorar a governança do sistema para o cuidado eficaz de criança e jovens com deficiência.....33

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSEIPH	Bureau du Secrétaire d'État à l'intégration des Personnes Handicapées
CARICOM	Comunidade do Caribe
DEE	Departamento de Engenharia Escolar
DFP	Departamento de Treinamento e Desenvolvimento
DGPC	Direção-Geral de Proteção de Civis
CEPAL	Comissão Econômica para a América e o Caribe
GTEF	Grupo de Trabalho sobre a Educação e a Formação
HI	Handicap International
MENFP	Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OFATMA	Escritório de Seguro de Acidentes de Trabalho, Doença e Maternidade
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPDs	Organizações Parceiras de Pessoas com Deficiência
PO	Plano Operacional
PIPE	Programa de Intervenção Prioritária em Educação
SHAA	Sociedade Haitiana de Auxílio aos Cegos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....12
1.1 Problemática e Objetivos.....18
1.1.1 Objetivo Geral.....19
1.1.1.1 Objetivos específicos.....19
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO EM HAITI.....20
2.1 Educação na Colônia.....20
2.2 Educação pós Independência.....21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....22
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO HAITI.....30
4.1 Inclusão Escolar.....34
4.2 Formação de Professor.....36
4.3 Infraestrutura Escolar.....38
5 DISCUSSÃO E RESULTADOS.....40
5.1 Análise da Infraestrutura Escolar.....41
5.2 Análise da Formação de Professor.....43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....47
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....51
8 APÊNDICE 55

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A educação é um direito fundamental de todos, sem exceção. A declaração de Salamanca enfatiza que, “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (UNESCO, 1994, p. 1). Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), enfatizam a importância de os Estados assegurarem a inclusão equitativa e a qualidade da educação, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4). No contexto haitiano, esta questão representa um desafio, devido ao contexto sociopolítico e econômico do país.

Desde o fim da ditadura, o Haiti tem enfrentado turbulências políticas, mas nos últimos 10 anos a situação se agravou, especialmente após o assassinato do presidente Jovenel Moïse em 7 de julho de 2021. Quando um país não é politicamente estável, é muito difícil ter desenvolvimento em muitos aspectos, incluindo social e econômico. As instituições estatais são quase inexistentes. De acordo com um relatório publicado no site das Nações Unidas no dia 2 de julho de 2025, o Haiti está passando por uma erosão da autoridade estatal e do Estado de Direito, com violência brutal de gangues afetando todos os aspectos da vida pública e privada (ONU,2025). Este panorama levou ao deslocamento em massa da população em vários lugares da capital. Ainda de acordo com as Nações Unidas, somente neste ano de 2025, o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH) registrou 4.026 vítimas de homicídio doloso, incluindo 376 mulheres, 21 meninas e 68 meninos. Este cenário representa um aumento de 24% quando comparamos com o mesmo período do ano 2024. A quantidade de pessoas deslocadas internamente devido à violência das gangues atingiu um número recorde trágico de cerca de 1,3 milhão de pessoas (ONU,2025). Isso representa aproximadamente 10,96% da população atual do Haiti, que, segundo IHSI, é de cerca 11.867.032 habitantes em 2024.

Atualmente, o Haiti não possui um governo democraticamente eleito. Desde o assassinato do presidente Jovenel Moise, em 7 de julho de 2021, o país está sendo governado por um governo de transição. Inicialmente, o primeiro-ministro Ariel Henri liderava o país como presidente e ministro ao mesmo tempo, o que criou uma confusão total no modo de governança. Após mais de dois anos, esse governo de transição não realizou eleições que permitissem o retorno do país à ordem democrática.

A insegurança gerada por conflitos das gangues levou a um colapso total no país, especialmente na capital (Porto Principe) e em outras regiões do país, o primeiro-ministro

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

se viu fora do país e teve dificuldades para retornar após uma missão ao Quênia, que, na época, concordou em enviar policiais quenianos para garantir o comando de uma força multinacional que viria ajudar a polícia nacional haitiana a combater a insegurança.

O Primeiro-Ministro renunciaria sob pressão dos Estados Unidos, e um acordo político foi assinado pelos diversos partidos políticos do país, no qual a CARICOM[1] desempenha um papel de mediador, na Jamaica, em 11 de março de 2024, para estabelecer um conselho presidencial com nove membros — sete com direito a voto e dois observadores — para garantir a governança da segunda transição. Apesar da instalação do conselho e da presença da força multinacional, o país continua enfrentando sérios problemas de segurança e instabilidade política, que causaram muitos deslocamentos internos.

A instabilidade política afeta o bom funcionamento das instituições e dificulta o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso dificulta a implementação de políticas públicas que atendam às demandas da sociedade por inclusão social, em particular a inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional.

As políticas públicas de educação inclusiva possuem como intuito promover a inclusão social e a mitigação das desigualdades entre as crianças em idade escolar, especialmente no Haiti. De acordo com a constituição haitiana de 1987, “o Estado garante às pessoas com necessidades especiais a proteção, à educação e quaisquer outros meios necessários ao seu pleno gozo e à sua integração ou reinserção na sociedade “(Constituição Haitiana, 1987).

Esta medida legal assegura que as pessoas com deficiência possam usufruir plenamente dos seus direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, mudem o seu status na sociedade, reduzindo as desigualdades sociais, inclusive a proteção contra todas as formas de discriminação. Como estabelecido na Declaração de Salamanca, “escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras [...]” (UNESCO, 1994, p. 1).

A lei n° 79 de maio de 2012 sobre a integração das pessoas com deficiência, define deficiência como “estado patológico observável e mensurável, resultante de: a) perda de todas ou partes das funções físicas; b) perda de uma parte do corpo; c) a presença no corpo

[1] A CARICOM, antiga Comunidade e Mercado Comum do Caribe e atual Comunidade do Caribe (português brasileiro) é um bloco de cooperação econômica e política, criado em 4 de Julho de 1973, formado por 15 países e 5 territórios da região do Caribe.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

de um micróbio ou vírus que causa a doença; d) a presença de um distúrbio na maneira de sentir, reagir ou aprender" (Haiti, 2012).

Por outro lado, a lei n° 13.146/2015 sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil em seu art. 2° considera pessoa com deficiência como, "[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015).

A seguir o parágrafo primeiro do art. 2° da mesma lei fala sobre a avaliação da deficiência e de como ela deve ser feita. Segundo o art. 2° § 1º,

> A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação (Brasil, 2015).

Nessas duas definições, há dois aspectos que chamam a atenção. Primeiro, a lei brasileira fala de inclusão, enquanto a lei haitiana fala de integração, que são dois conceitos diferentes. A lei brasileira estabelece parâmetros para avaliar a pessoa portadora de deficiência, o que se supõe permite uma melhor inclusão quando se conhece o nível/grau da deficiência.

A constituição haitiana de 1987, bem como a lei sobre a integração das pessoas com deficiência e os textos internacionais assinados e ratificados pelo Estado haitiano em relação à escolarização de crianças com deficiência, constituem o marco legal para a inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional haitiano. É importante destacar que as leis como marco legal não significam que o direito das pessoas portadoras de deficiência seja garantido, para isso é necessário de ações concretas, viabilizadas por políticas públicas que persigam a inclusão destas pessoas no sistema. É de destacar que a constituição e a lei sobre a integração das pessoas com deficiência não mencionam a palavra inclusão, sabendo que ambas são diferentes. Conforme destaca Mantoan (2003),

> Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências (Mantoan, 2003, p.15).

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Neste sentido, é o aluno que deve se adaptar com o sistema, caso contrário, ele será excluído do grupo. Ainda segundo Mantoan (2003), a integração escolar pode ser considerada como “educação especial”, ou seja, a justaposição da educação especial e do ensino regular, levando ao aumento dessa modalidade, devido à movimentação de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial para as escolas regulares (Mantoan, 2003).

Na mesma linha, Freire aponta que, “a integração contém ainda formulações que permitem a exclusão de alguns alunos do sistema regular de educação” (Freire, 2008, p. 8). A inclusão como um direito fundamental da pessoa humana, como tal, não pode deixar de fora um grupo social. “[...] para os defensores do movimento inclusivo, a inclusão é uma questão de direitos que assiste a todas as crianças, independentemente do gênero, classe social, grupo social ou outras características individuais e/ou sociais “(Freire, 2008, p. 8).

Mantoan (2003), vai além e afirma que, enquanto o objetivo da integração se baseia na individualidade, que é incluir um aluno, ou um grupo de alunos, que antes eram excluídos, a inclusão é o oposto, garantindo que ninguém fique de fora da educação regular desde o início da vida escolar. As escolas inclusivas propõem uma forma alternativa de organização do sistema educacional que leva em conta as necessidades de todos os alunos e é estruturada de acordo com essas necessidades (Mantoan, 2003).

Portanto, a educação inclusiva não se baseia em classificações ou categorias, mas sim no acolhimento irrestrito de todas as pessoas, independentemente de classe social, etnia, gênero ou condição física, tratando a inclusão como um direito de todos. A escola inclusiva deve se adaptar às necessidades dos alunos, para reduzir a possibilidade de evasão escolar entre os alunos com deficiência. Em questões educacionais, de acordo com tratados de organizações internacionais como os da ONU, da UNICEF, da declaração de Salamanca e a constituição haitiana, todos têm direito à educação. De acordo com a Oliveira et al. (2015) a:

> Inclusão escolar não significa apenas a inserção física do aluno com necessidades educacionais especiais em um ambiente comum a todos. É necessário que o aluno seja parte do contexto escolar, o que significa participar ativamente de todas as atividades sociais e pedagógicas desenvolvidas (Oliveira et al., 2015, p. 187).

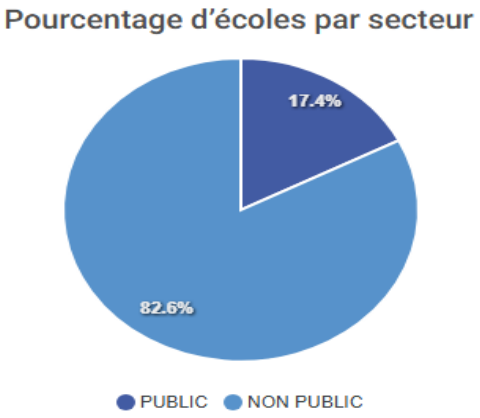
Nessa perspectiva, entende-se que o Estado deve planejar adequadamente as políticas públicas para a educação inclusiva, considerando que os alunos com deficiência sejam parte integrante do ambiente escolar. O Estado deve investir em materiais didáticos

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

de qualidade, capacitar os professores, garantir que as escolas cumpram os padrões de acessibilidade e possuam equipamentos adequados, a fim de criar um espaço onde os alunos se sintam incluídos.

Cabe mencionar que em todo o território nacional o sistema educacional do Haiti é dominado pelo setor privado, pois a maioria das escolas são particulares. Conforme o Gráfico 1, afirma-se que:

Gráfico 1. Porcentagem das escolas por setor



Fonte: Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional (site oficial)

O gráfico 1 mostra que 82,6% das escolas do país são particulares o que representa em total 16.303 escolas e 17,4% são públicas o que representa cerca de 3443 escolas, tem aproximadamente 3.107.407 alunos matriculados, dentro dos quais 2.565.586 em escolas privadas[2], isso demonstra que o Estado haitiano não investe em educação como deveria, apesar de a constituição afirmar que a educação é um direito de todos e é o dever do Estado de garantir esse direito a todos os cidadãos. A falta de investimento estatal em educação resulta desigualdades sociais, onde as famílias com baixos recursos são as mais afetadas. Segundo Pierre (2024), a política de privatização da educação teve início em 1860, sob o governo de Fabre Nicolas Geffrard, com um tratado assinado pelo Estado haitiano com a Igreja Católica (Concordat de 1860). Com esse tratado, a Igreja passou a se beneficiar

[2] Total escolas 16.303+3443= 19746.
Proporção de escolas privadas 16.303/19.746 ≈ 0,826.
Estimação dos alunos em escolas privadas 0,826*3.107.407 = 2.565.586.
Estimação de alunos em escolas públicas 3.107.407 - 2.565.586 = 541.821.
Com base neste cálculo podemos dizer que aproximadamente tem cerca de 2.565.586 alunos matriculados nas escolas privadas e 541.821 nas escolas públicas.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

significativamente do Estado no subsídio aos salários dos professores. A privatização da educação tornou as mensalidades escolares muito caras, o que dificulta o acesso à educação para aqueles com baixos recursos (Pierre, 2024). A problemática da inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional não é um tema de hoje. Segundo Costa et al. (2016):

> As pessoas com necessidades especiais no decorrer da história foram vítimas de um processo de exclusão total, onde eles eram considerados indignos da educação escolar. Na Idade Média as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade visto como doentes e incapazes principalmente na área do saber (Costa et al., 2016, p.2).

Em 2010 o país sofreu um terremoto que teve impacto nas infraestruturas escolares tanto públicas quanto privadas e, por consequente aumentou o número de pessoas portadoras de deficiência no país (MENFP, 2012). Diante disso, o governo haitiano por meio do Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional (MENFP) elaborou o Plano Operacional 2010-2015 com o intuito de promover o acesso à educação de qualidade para todas as crianças do país sem exceção, estabelecendo novas formas de construção escolar para um ambiente escolar mais acessível.

A escolha deste tema baseia-se na minha experiência no Brasil como cidadão, observando a combinação de condições para facilitar a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, isso me fez refletir e compreender que somos todos seres humanos, independentemente das nossas diferenças.

No que diz respeito ao transporte público, as pessoas com deficiência têm fácil acesso aos ônibus graças a um elevador exclusivo que lhes permite embarque e desembarque com segurança. Em relação à infraestrutura viária e aos prédios públicos e privados, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece que a acessibilidade para pessoas com deficiência deve ser respeitada e garantida, para que possam circular livremente como todas as outras pessoas (Brasil, 2000).

No campo da educação, a Lei nº 13.146/2015, sobre a inclusão de pessoas com deficiência, assegura o acesso à educação para todas as pessoas com deficiência no sistema de ensino regular (Brasil, 2015). Estes conjuntos de medidas legislativas permitem que todas as pessoas com deficiência gozam de seus direitos como todo mundo.

Esta experiência me levou a aprofundar meus conhecimentos para entender como as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência são alcançadas no Haiti, particularmente no campo da educação, por entender que a educação é a base para o

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

desenvolvimento de qualquer sociedade. Esta abordagem reforça a importância de uma educação bem estruturada para promover a inclusão e a justiça social, sem discriminação por aparência física, cor, classe social, religião, gênero ou origem étnica.

A escolha deste período baseia-se em diversos fatores. Primeiramente, após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o sistema educacional haitiano sofreu um impacto significativo, com a destruição de inúmeros edifícios escolares e o aumento do número de crianças e adultos com deficiência no país. Nesse contexto, o Governo, por meio do Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP), elaborou e publicou o Plano Operacional 2010-2015, visando promover a equidade no sistema educacional e garantir que todas as crianças tivessem acesso à educação desde a primeira infância.

Durante esse período, o MENFP também estabeleceu uma série de medidas voltadas para a reconstrução e adaptação dos edifícios escolares públicos, a fim de permitir que crianças com deficiência tivessem melhor acessibilidade ao ambiente físico das escolas. Além disso, foi nesse intervalo de tempo que o governo haitiano promulgou a Lei nº 79/2012, sobre a integração de pessoas com deficiência na sociedade, representando um marco importante para a construção de políticas voltadas à inclusão social e educacional no país. Assim, a análise das políticas públicas de educação inclusiva no Haiti permitirá compreender melhor as principais barreiras e os facilitadores da educação inclusiva no país.

1.1 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

O Haiti, a primeira república negra a conquistar sua independência em 1804, representa o país mais pobre da América Latina e Caribe, inclusive antes do terremoto de janeiro de 2010, e um dos mais pobres do mundo (CEPAL, 2011). A situação do país continua piorando cada vez mais. Em 2024, segundo a ONU, mais de 300 mil crianças deixaram de frequentar a escola devido a deslocamento interno, pois os estabelecimentos escolares estão sendo usados como abrigos temporários (ONU, 2024).

Esse panorama do país impacta a situação das crianças com deficiência, inclusive o aumento dos casos de violência sexual a menores. A ONU afirma que a tendência de violência sexual contra crianças, principalmente, meninas, cresceu mais de 1000% em 2024, se comparado a 2023 (ONU, 2024).

Esta situação é o resultado de muitos anos de instabilidade política e desastres naturais, como o terremoto de 2010 que agravou as condições de vulnerabilidade da

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

população, incluindo o aumento significativo do número de pessoas com deficiências. Conforme as informações do site do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI), em 2024 a economia haitiana registrou sua sexta contração consecutiva. O Produto Interno Bruto (PIB), em valores constantes, foi estimado em 568 bilhões de gourdes[3] para o ano fiscal de 2023-2024, em comparação com 592,7 bilhões de gourdes[4] para o ano fiscal de 2022-2023, o que representa uma queda de 4,2% (IHSI, 2024). Ainda segundo o IHSI, essa queda é uma das maiores já registradas na economia do país desde o terremoto de 12 de janeiro de 2010. No ano fiscal de 2009-2010, o PIB registrou uma queda de 5,7% (IHSI, 2024).

Em 2012 sob a presidência de Joseph Michel Martelly, foi promulgada a lei n°79 sobre a integração das pessoas com deficiências na sociedade, este é um passo importante para a garantia de direitos. A necessidade de promover a inclusão de crianças portadoras de deficiência no sistema educacional deve-se às crescentes demandas sociais que exigem que os Estados pensem de maneira diferente para responder de forma eficaz às expectativas da sociedade através de políticas públicas. Atualmente, existe em torno 7.046 alunos com deficiência no sistema educacional haitiano, sendo 3.631 homens e 3.415 mulheres (Site oficial do MENFP). Infelizmente, o Instituto Haitiano de Estatística e de Informática (IHSI) não fornece dados sobre a quantidade de pessoas com deficiência no país, devido à ausência de um censo. Portanto, não há números precisos sobre o número de pessoas com deficiência no país. Apenas o site oficial do Ministério da Educação Nacional fornece dados sobre o número de alunos com deficiência matriculados, graças à Plataforma de Declaração para Escolas, Alunos e Professores do MENFP para o ano letivo de 2023-2024.

O processo de educação inclusiva requer uma série de condições consideradas necessárias para sua efetividade, como a formação contínua dos professores, materiais didáticos, infraestrutura escolar adequada, entre outras, que permitam que os alunos se sintam em um espaço confortável e que atenda às suas necessidades. Neste contexto, surgem as perguntas centrais da pesquisa: as infraestruturas escolares são adequadas para acolher as crianças com deficiência? Os professores são capacitados para facilitar a inclusão das crianças? Essas perguntas representam as inquietações desta pesquisa.

1.1.1 Objetivo Geral

[3] Na cotação atual este valor equivale a 4,3 bilhões de dólar americano. Conversor de Moedas
[4] Na cotação atual este valor equivale a 4,5 bilhões de dólar americano. Conversor de Moedas

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Analisar as políticas públicas de educação inclusiva no Haiti entre o período de (2010-2015).

1.1.1.1 Objetivos Específicos

a) Revisão teórica dos conceitos de políticas públicas de educação; educação inclusiva; inserção escolar e outros.
b) Análise documental de assuntos que dizem respeito à infraestrutura escolar, formação de docentes e outros nas políticas de inclusão escolar.
c) Refletir sobre o processo de inclusão de crianças em idade escolar no Haiti.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO HAITI

Este capítulo apresenta uma contextualização histórica da educação no Haiti, abrangendo sua evolução durante o período colonial e após a independência com o intuito de analisar como a educação era abordada na governança dos primeiros líderes como Dessalines, Christophe e Pétion, bem como após a independência para refletir sobre as bases de uma educação inclusiva. Esta abordagem pode parecer um pouco distante se considera a evolução da educação atualmente, mas é fundamental estabelecer esta conexão para entender o panorama recente da educação no país. Portanto, está contextualização não se aprofundará, apenas enfatizará alguns artigos constitucionais da época e analisará o que alguns autores dizem sobre o assunto.

2.1 Educação no período da colônia

No período da colônia, Haiti, ex-colônia da França, os escravos não tinham acesso à educação, isto quer dizer que a maioria deles não sabia ler nem escrever. Naquela época, um escravo que sabia ler e escrever era considerado como uma ameaça à colônia, pois poderia atrair a atenção de outros escravos e liderar uma revolta. A única educação da qual os escravos se beneficiavam era uma educação religiosa, permitindo aos colonizadores exercer seus poderes sobre eles. Conforme destaca François (2010), “a educação religiosa foi então usada como um poder de violência simbólica para implantar o sistema escravista e garantir sua sustentabilidade” (FRANÇOIS, 2010, apud. VICTOR et al. 2024, p. 67).

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

A educação religiosa era uma maneira de deixar os escravos mais submissos aos senhores, permitindo um controle total sobre a vida e a morte dos escravos. De ponto de vista legal, a educação religiosa era prevista no Código Negro[5] em seu artigo 2,

> Todos os escravos que estiverem em nossas ilhas serão batizados e instruídos na religião católica, apostólica e romana. Ordenamos aos habitantes que compram negros recém-chegados que notifiquem os governadores e intendentes das referidas ilhas no prazo máximo de oito dias, sob pena de multa de arbitrariedade, que darão as ordens necessárias para que sejam instruídos e batizados no momento apropriado (Código Negro).

Era uma obrigação, sob pena de multa, imposta aos senhores de batizar seus escravos e ensinar-lhes a religião católica, apostólica e romana. Essa educação desconectava os escravos de sua terra de origem e de sua religião, transformando-os em cristãos.

2.2 Educação pós independência

Após a Proclamação da Independência do Haiti em 1º de janeiro de 1804, como país recém-independente, o Estado enfrentou desafios significativos, como a reconstrução do país destruído durante a revolução, a reconstrução da economia e, principalmente, a promoção da educação. Segundo Victor et al., “[...] as primeiras leis para o estabelecimento da educação pública no Haiti foram aprovadas sob o governo de Dessalines” (VICTOR et al. 2024, p. 72). Dessalines, como primeiro líder a governar o país pós independência em 1805 promulgou a primeira Constituição Imperial do Haiti como país livre, estabelecendo as linhas para a organização do poder executivo. A constituição imperial de 1805, no art. 19 relata que, "[...] em cada divisão militar, uma escola pública será estabelecida para a instrução da juventude." (Constitution Haïtienne, 1805, art. 19).

Cabe mencionar que, antes da Proclamação da Independência em 1804, durante o governo de Toussaint Louverture houve a intenção de educar os jovens. Conforme destaca a constituição colonial de 1801, “Toda pessoa tem o direito de fundar estabelecimentos especialmente para a educação e instrução dos jovens sob a autorização e supervisão das administrações municipais” (Constitution Haïtienne, 1801, art. 68).

Esse panorama evidencia que a temática educacional, tanto no período anterior quanto posterior à independência do Haiti, ocupou uma posição central nos debates

[5] Código Negro, “code noir” em francês. Foi este código que definiu as condições da escravidão no império colonial francês no período da Colonização.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

conduzidos pelos primeiros líderes da nova nação, que conquistou sua autonomia por meio da luta. É de destacar que, Dessalines não teve o tempo suficiente para estabelecer uma política educacional capaz de atender as necessidades da população naquela época, pois ele foi assassinado dois anos depois da Proclamação da Independência em 1806. Após o assassinato do Dessalines, "[...] o Haiti experimentou um clima político instável devido a uma corrida pelo poder que resultou na separação do estado em dois poderes executivos principais entre 1807 e 1820" (Victor et al. 2024, p.74). Durante esse período, o país foi dividido em dois: Henri Christophe proclamou-se rei e governaria todo o bloco do Norte, sob o nome de Rei Henri. E Alexandre Pétion governaria o bloco do sul como presidente. No Norte, havia a Monarquia e, no Sul, a República do Sul. Suas políticas educacionais eram diferentes.

De acordo com Victor et al. (2024), no tempo de Christophe a educação era considera como o bem mais precioso do ser humano. A ideia de Christophe era educar a população, sua visão pela educação era muito diferente da visão do Pétion que elitizou a educação (Victor et al. 2024). A constituição de 1807 estabelece que, "deve ser estabelecida em cada divisão uma escola central e escolas especiais em cada distrito[6]. No entanto, estará aberto a qualquer cidadão manter instituições educacionais privadas". (Constitution Haïtienne, 1807, art. 34). O artigo transmite a visão de Christophe sobre educação, a ideia de construir escolas em cada divisão como Dessalines desejava é um sinal claro de que o líder queria que as crianças de cada divisão militar tivessem acesso à educação. O artigo também menciona escolas especiais, mas não há evidências de que fossem escolas para crianças com necessidades especiais.

Conforme destaca St. Victor e Martiniak (2024), a educação sempre esteve na legislação haitiana pós independência, porém, na prática não podemos falar de educação inclusiva. Contudo, as leis permanecem apenas nos papeis, pois, os líderes naquela época não conseguiram estabelecer um sistema de educação inclusiva no Haiti (ST VICTOR et al., 2024).

Nesse contexto, fica claro que os primeiros líderes promoveram a educação. No entanto, não estabeleceram uma política educacional que pudesse servir de base para o sistema educacional haitiano. Foi somente em 1979, sob a ditadura, que o sistema educacional haitiano passou por uma transformação graças a uma reforma promovida por

[6] Naquela época, o país era dividido em 6 divisões militares, em cada divisão militar tem um general.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Bernard, então Ministro da Educação. Essa reforma visava erradicar o analfabetismo no país e, acima de tudo, usar o crioulo haitiano como língua de instrução.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório, de uma abordagem qualitativa. Segundo LÖSCH et al. (2023), na abordagem qualitativa, o estudo exploratório visa compreender melhor o fenômeno estudado em sua totalidade, seja na forma como ele se apresenta ou no contexto em que ocorre. Este tipo de pesquisa, no domínio das Ciências Humanas e Sociais, proporciona uma melhor compreensão do comportamento humano e do contexto social. Estudos exploratórios permitem que o pesquisador explore os dados sistematicamente para obter uma compreensão ou interpretação mais detalhada do fenômeno que está sendo analisado. (Lösch et al, 2023).

Esta abordagem permitirá obter uma compreensão mais detalhada sobre as políticas públicas de educação inclusiva no Haiti entre 2010 e 2015, especialmente no que se trata de infraestrutura escolar e formação de professores.

Na mesma linha Gil (2008), destaca que estudos exploratórios têm como objetivo principal favorecer uma maior familiaridade com o problema estudado para torná-lo mais explícito ou formular hipóteses. Esses tipos de estudos utilizam abordagens flexíveis, como levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas que já vivenciaram o problema em estudo e análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2008).

Ainda de acordo com o pensamento do Gil,

> Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (Gil, 2008, p. 27).

No contexto deste trabalho de conclusão de curso e devido à falta de estudos sobre este fenômeno no contexto haitiano, a abordagem exploratória revela-se adequada para adquirir informações valiosas. Os procedimentos metodológicos seguem duas etapas, a primeira etapa consiste em uma revisão bibliográfica baseada em documentos científicos, livros, teses, artigos e relatórios de organizações internacionais sobre a educação inclusiva, investigando as políticas implementadas entre 2010 e 2015 para uma compreensão aprofundada sobre as principais barreiras e facilitadores de uma educação inclusiva no Haiti. O objetivo desta revisão bibliográfica é identificar o que já foi desenvolvido sobre o tema e sua aplicação no contexto da inclusão escolar, estabelecendo instrumentos que

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

permitam compreender o fenômeno no contexto educacional. Na segunda etapa foi aplicado um roteiro de questões com especialistas sobre o assunto, especificamente, com gestores do Bureau du Secrétaire d'État à l'intégration des personnes Handicapées (BSEIPH) e o Fundo Nacional de Educação (FNE) e da Commission d'Adaptation Scolaire et d'Appui social (CASAS). Na pesquisa qualitativa, a aplicação de questionário como técnica de investigação permite ao pesquisador obter informações valiosas que podem contribuir para a compreensão de um fenômeno social com intuito de obter percepções sobre crenças, sentimentos, valores etc. (Gil, 2008).

Neste contexto, a aplicação do roteiro à especialistas das instituições-chave permitirá obter informações importantes sobre o processo de educação inclusiva no Haiti e compreender como este está sendo implementada, especificamente no que diz respeito às infraestruturas escolares e formação de professores. Além disso, será possível compreender suas experiências como atores sociais no processo da inclusão.

A coleta das informações foi realizada através de um roteiro de questões enviados pelo WhatsApp entre o mês de junho e julho com as instituições supracitadas com perguntas referentes à missão das instituições, papel, infraestrutura escolar, formação de docentes entre outros. A escolha das instituições justifica-se por sua implicação no processo da inclusão escolar. De um lado, o FNE, por sua implicação na promoção de uma educação de qualidade por meio de construção e reabilitação de infraestrutura escolar e o BSEIPH por sua implicação na implementação de políticas públicas que possam facilitar a integração de pessoas com deficiência no país e por fim, a CASAS por sua implicação direta na escolarização das crianças com deficiência. Conforme apresenta-se no quadro abaixo:

Quadro 1. Identificação das instituições e dos representantes

Instituição	Implicação	Representante	Função	Grau de escolaridade	Tempo na instituição
FNE	Construção e Reabilitação de infraestrutura escolar	FNE	Diretor de Planejamento	Mestrado	7 anos
CASAS	Escolarização das crianças com deficiência	CASAS	Diretor	Mestrado	11 anos

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

BSEIPH	Implementação de políticas públicas	BSEIPH	Conselheiro Especial	Mestrado	3 anos

Fonte: Elaboração própria

O Fundo Nacional de Educação - FNE, é um organismo autônomo de duração ilimitada, criado por lei no dia 17 de agosto de 2017 e foi publicado no *Jornal Oficial Le Moniteur* n° 30 no dia 22 de setembro de 2017. A criação do FNE é um passo importante para a educação haitiana, zelando por uma educação de qualidade. De acordo com a lei que institui a FNE, ela é composta por dois órgãos: um conselho de administração e uma diretoria geral. O conselho de administração, por sua vez, é composto por cinco membros: o Ministro da Economia e Finanças; o Ministro da Educação Nacional e Formação Profissional; o Ministro do Planejamento e Cooperação Externa; o Ministro dos Haitianos Residentes no Exterior e um representante dos Sindicatos do Departamento de Educação (Haiti, 2017).

O FNE é dotado de uma personalidade jurídica, goza de autonomia financeira e administrativa, tendo como missão segundo o artigo 3 da lei que o estabelece,

> Participar do esforço de educação para todos na República do Haiti, gerindo os fundos destinados ao financiamento, tanto a nível estadual como a nível das Comunidades Territoriais, das despesas relativas à educação, em particular dos custos escolares dos alunos haitianos, dos projetos e estudos suscetíveis de contribuir para o avanço da educação das crianças e, finalmente, da construção e/ou melhoria da infraestrutura escolar do país (Haiti, 2017, p. 36).

De acordo com o artigo 27 da mesma lei, os recursos financeiros do FNE devem ser utilizados para financiar, os custos das mensalidades do Programa de Educação Especial Gratuita (PROSGATE); construir centros de acolhimento para crianças pequenas (creches e pré-escolas); construir e reformar prédios e infraestrutura escolar; construir mobiliário escolar e comprar materiais pedagógicos e didáticos; construir e equipar estabelecimentos adaptados; pagar as mensalidades dos alunos com necessidades especiais, como alunos com deficiência; construir e reformar prédios para a formação de profissionais e professores técnicos; comprar equipamentos, materiais pedagógicos e didáticos para a formação de profissionais e professores técnicos; prestar assistência ao Programa Nacional de Cantina Escolar; despesas necessárias ao bom funcionamento do FNE e todas as demais atividades do Estado que a diretoria considere importante financiar, para garantir o bom desenvolvimento da educação (Haiti, 2017).

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

O FNE possui 4 eixos de intervenções: capacitar, orientar, formar os professores e supervisão; financiar a educação por meio de aquisição de materiais didáticos na educação de crianças e adultos; reformar/construir escolas e fornecer equipamentos para uma infraestrutura escolar de qualidade; subsidiar as cantinas escolares, conceder bônus e oferecer bolsas de estudo e incentivos.

De outro lado, o *Bureau du Secrétaire d'État à l'Integration des Personnes Handicapées*, foi criado por decreto presidencial no dia 17 de maio de 2007, este ato foi considerado como um avanço significativo na promoção dos direitos das pessoas com deficiência no país. Desde então, a causa dessas pessoas vêm ganhando força no país na busca dos direitos fundamentais. O *Bureau du Secrétaire d'État à l'Integration des Personnes Handicapées* tem como missão implementar políticas públicas que facilitem a integração de pessoas com deficiência a nível nacional e tem 5 objetivos:

> a) Desenvolver uma política nacional para a integração de pessoas com necessidades especiais em parceria com todas as partes interessadas. b) Trabalhar para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência. c) Contribuir para a conscientização pública nacional e internacional sobre a questão da deficiência. d) Fortalecer a capacidade de intervenção de associações/instituições para e por pessoas com deficiência. e) Estabelecer um marco legal para a proteção das pessoas com deficiência (BSEIPH, 2007).

A instituição colabora com diversas organizações internacionais e Organizações de Pessoas com Deficiência (OPDs). Organizações Internacionais Parceiras: Handicap International (HI); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial; Food for the Poor. Organizações Parceiras de Pessoas com Deficiência (OPDs): OCONFORD, Sociedade Haitiana de Auxílio aos Cegos (SHAA) etc. e instituições Parceiras: Direção-Geral de Proteção de Civis (DGPC); Escritório de Seguro de Acidentes de Trabalho, Doença e Maternidade (OFATMA).

Cada uma dessas organizações oferece apoio ao BSEIPH de diversas maneiras: a Handicap International (HI) fornece assistência técnica e equipamentos para fortalecer suas capacidades e em acessibilidade à infraestrutura. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) oferece apoio em saúde sexual e reprodutiva e na defesa dos direitos de mulheres e meninas com deficiência. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial financiam projetos de inclusão, estudos e fortalecimento institucional. A Food for the Poor fornece apoio material, educação e projetos de empoderamento. E, por fim, a Direção-Geral de Proteção de Civis (DGPC) e o Escritório de Seguro de Acidentes

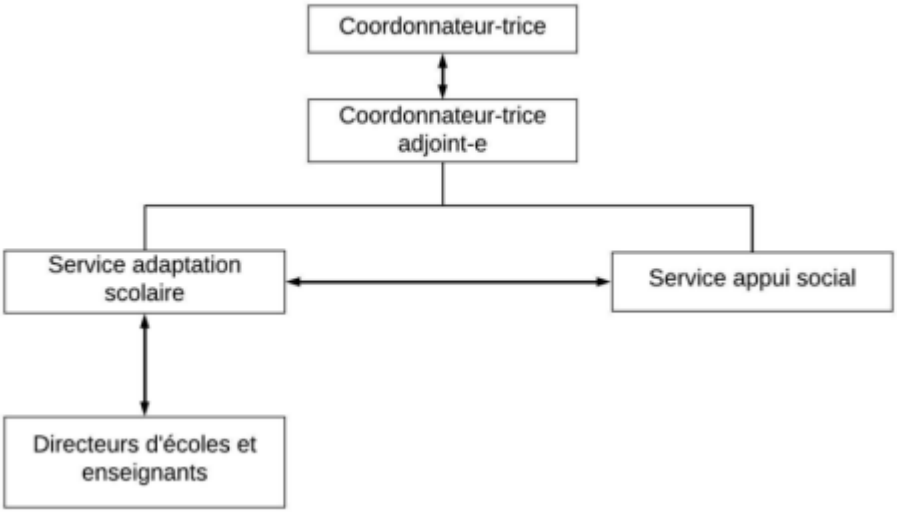
Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

de Trabalho, Doença e Maternidade (OFATMA) ajudam a coordenar os serviços de saúde, a proteção social e a defender os direitos das pessoas com deficiência.

E por fim, a Comissão de Adaptação Escolar e Apoio Social (CASAS) foi criada em 1993 pelo circular n° 11:97, os primeiros membros foram nomeados 2 anos após sua criação (François, 2016, apud., Michel, 2022).

A gestão e a escolarização de crianças com deficiência são responsabilidades da CASAS. Ela desempenha um papel importante neste processo e visa fornecer o apoio necessário às crianças com necessidades educacionais especiais, ao mesmo tempo em que apoia suas famílias na promoção de seu sucesso acadêmico. A CASAS faz parte do MENFP e é liderada por um(a) coordenador(a), um(a) coordenador(a) adjunto, responsáveis pela coordenação dos serviços de adaptação escolar e apoio social. (CASAS, 2017, apud., Colin, 2024). Conforme a figura abaixo,

Figura 1. Organograma da CASAS



Fonte: Joel Michel, 2022.

A missão da CASAS é garantir a promoção e o desenvolvimento da educação inclusiva no sistema educacional haitiano. Quanto às outras duas instituições, a CASAS também colabora com diversas organizações locais, como instituições de ensino especial e regular do país, com ONGs e organizações de/para pessoas com deficiência. Como instituições de ensino, mencionam-se as escolas públicas *Anténor Firmin e Pétion-Ville, Institution St Vincent, Les Apprentis Sages, Manutane de Luc* e o Centro de Educação Inclusiva de *Les Cayes*. Como ONGs, é possível citar a *Médecins du Monde Suisse* (Médicos do Mundo Suíço) e a UNICEF. As ONGs mencionadas às vezes financiam

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

seminários de formação para professores e outros atores do sistema educacional e, por fim, instituições de ensino e OPHs alimentam nosso banco de informações com dados (representante da CASAS).

A apresentação das instituições permite uma compreensão sobre o papel que cada instituição desempenha na promoção da educação inclusiva no país. É importante notar que o FNE se concentra mais na questão de infraestrutura escolar (construção e reabilitação de escolas); formação de professores, inclusive também subsidiar as cantinas escolares, conceder bônus e oferecer bolsas de estudo e incentivos. A CASAS de modo geral se concentra na escolarização das crianças com deficiência e na formação de professores. E por fim, o *Bureau du Secrétaire d'État à l'Intégration des Personnes Handicapées* se baseia mais na questão da implementação de políticas públicas que possam facilitar a integração de pessoas com deficiência em todo o país.

Para completar a análise das informações obtidas por meio dos roteiros de questões, realizou-se uma análise documental, que, conforme Godoy (1995),

> Além de ser um procedimento de pesquisa com características específicas, com finalidades de investigação muito próprias, pode ser também utilizada como uma técnica complementar, validando e aprofundando dados obtidos por meio de outros procedimentos como, entrevistas, questionários e observação (Godoy, apud. De Oliveira et al, 2021, p. 42)

A análise documental baseou-se em nove documentos importantes, incluindo materiais escritos pelo MENFP, relatórios e documentos de organizações internacionais como a ONU, a UNESCO e a Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial, a Constituição Haitiana, o Plano Operacional 2010-2015, a Lei de Integração de Pessoas com Deficiência e os roteiros de perguntas aplicados às especialidades das três instituições-chave. A escolha desses documentos baseou-se em três critérios: relevância, confiabilidade da fonte e data de publicação.

Quadro 2. Documentos analisados.

Documento	Ano	Fonte/autor	Resumo
PO 2010-2015.	2010	MENFP	Define as ações do governo em prol do acesso à educação para todos.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Formação de professores para a inclusão.	2012	Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial	Perfil do professor inclusivo
Lei n°79 sobre a integração das. pessoas com deficiência.	2012	Governo Haitiano	Promover a integração das pessoas na sociedade.
Normes de construction des bâtiments scolaires.	2013	MENFP	Normas de acessibilidades nas escolas.
Constituição haitiana (emendada).	1987	Governo Haitiano	Garante o acesso à educação para pessoas com deficiência.
Declaração de Salamanca.	1994	UNESCO	Promover a educação inclusiva.
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS4).	2015	ONU	Enfatizam a importância de assegurar a inclusão, equitativa e a qualidade da educação.
Relatório da UNESCO sobre a inclusão escolar.	2019	UNESCO	Promover a inclusão e equidade na educação.
Questionários aplicados às instituições.	2025	O autor do TCC	Completa a análise com dados primários.

Fonte: Elaboração própria.

Cellard (2014), destaca três maneiras de conduzir uma análise documental: primeiro, uma análise preliminar que se concentra no contexto do estudo, nos autores, na autenticidade e confiabilidade do texto, sua natureza, conceitos-chave e sua lógica interna. Segundo, é a análise propriamente dita envolve a busca de informações importantes que esclarecerão o propósito do estudo e contribuirão para a resolução do problema proposto e por fim a conclusão dos principais achados (Cellard, 2014).

A análise segue as etapas patronizadas por Cellard (2014), em primeiro momento foi realizado uma análise preliminar, explorando todo o material, os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, sua natureza, conceitos-chave e sua lógica interna. Em segundo momento foi realizado a análise e a interpretação das informações à luz do referencial teórico e dos documentos analisados para uma compreensão aprofundada sobre o fenômeno estudado e no final, realiza-se a conclusão dos principais achados.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO HAITI

Neste capítulo apresenta-se as políticas públicas de educação inclusiva no Haiti. Para este trabalho, adota-se a definição de Secchi sobre a política pública, segundo ele, "política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público" (Secchi, 2013, p.2). Neste caso, o plano operacional de 2010-2015 pode ser considerado uma diretriz elaborada pelo governo haitiano para enfrentar os problemas que o sistema educacional haitiano vem enfrentando há algum tempo, com o objetivo de expandir e garantir o acesso à educação para todos e promover a equidade nas escolas. Embora o plano não aborde diretamente o termo inclusão escolar, seu foco, ou seja, o objetivo do plano é construir e reabilitar a infraestrutura escolar danificada pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010, promover a educação especial e, especialmente, melhorar a qualidade da educação, essas ações podem ser consideradas como uma prática de inclusão escolar. Também se adota a definição da UNESCO, sobre a inclusão como um processo que auxiliar na superação das barreiras que limitam a presença, participação e as conquistas dos estudantes (UNESCO, 2019).

As políticas públicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade. É por meio delas que um governo resolve ou mitiga um problema que enfrenta uma sociedade em um determinado momento. Neste contexto, o governo haitiano por meio do Ministério da Educação Nacional e De Formação Profissional - MENFP elaborou o Plano Operacional 2010-2015 para a reconstrução do sistema educacional haitiano com intuito de garantir o acesso à educação a todas as crianças e jovens no país. É importante ressaltar que o Plano Operacional 2010-2015 não aborda diretamente a educação inclusiva, mas sim a educação especial. No entanto, quando consideramos as abordagens e práticas, ele conduz diretamente à educação inclusiva. O Plano Operacional de 2010-2015 é o resultado das recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho sobre a Educação e a Formação (GTEF[7]) para a reforma do sistema educacional do país.

O sistema educacional além da formação técnica e profissional está organizado em quatro níveis, o primeiro nível é a educação pré-escolar destinado a crianças de 3 a 5 anos de idade que não é obrigatória, o segundo nível é a educação fundamental destinado a criança de 6 a 14 anos de idade, ela é gratuita e obrigatória, o terceiro nível é o ensino

[7] Grupo de Trabalho sobre Educação e a Formação, criado em 2007 pelo presidente da república e é formado por diversos setores da sociedade haitiana.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

médio destinado a jovens de 15 a 18 anos e por fim o ensino superior a partir dos 19 anos. Conforme mostrando o quadro abaixo,

Quadro 3. Estrutura do sistema educacional haitiano.

Nível educacional	Faixa	Descrição
Pré-escolar	3 a 5 anos	Não obrigatória
Ensino Fundamental	6 a 14 anos	Obrigatória e gratuita
Ensino Médio	15 a 18 anos	Não obrigatória
Ensino Superior	A partir dos 19 anos	Não obrigatória

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do MENFP

A inclusão escolar de crianças com deficiência é uma das prioridades do governo haitiano no Plano Operacional 2010-2015. Para que este plano seja efetivo, o governo elaborou algumas estratégias para tornar o ambiente físico das escolas mais seguro, acessível e adaptado. O objetivo dessas estratégias busca que os alunos se sintam confortáveis, bem como que sejam criadas condições necessárias para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual. Neste caso, o Plano Operacional tem três objetivos específicos, dentre eles, dois são considerados como objetivos prioritários do governo: "[...] aumentar o acesso à educação para as crianças com deficiência física**;** melhorar a qualidade de sua educação e facilitar seu desenvolvimento e; melhorar a governança do sistema para o cuidado eficaz de criança e jovens com deficiência" (MENFP, 2012). Para cada objetivo, o plano estabelece atividades necessárias para alcançar os resultados desejados. Conforme o quadro abaixo,

Quadro 4. atividades para garantir o acesso à educação para as crianças com deficiência.

Atividades	Período de execução				
	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015
Reconstruir as 23 instituições especializadas destruídas pelo terremoto.	5	14	23		
Construir nove instalações especializadas do tipo Saint Vincent ou Monfort (integrando triagem, atendimento, educação básica e treinamento técnico) em outros nove departamentos geográficos, a uma taxa média de uma instalação especializada por departamento.		2	3	3	1
Dotar 100% dos estabelecimentos especializados de recursos humanos e materiais suficientes e adequados.	20%	40%	60%	80%	100%
Construir rampas de acesso e rampas de apoio em 100% das escolas públicas para benefício de crianças com deficiência motora.	20%	40%	60%	80%	100%

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Ampliar as portas de acesso em 100% das escolas públicas existentes e novas.	20%	40%	60%	80%	100%
Adicionar uma sala de aula por município em pelo menos uma escola pública para dar suporte a crianças com dificuldades de aprendizagem.	30	40	50	25	
Equipar todas as escolas públicas com mobiliário adaptado às necessidades das crianças e jovens com deficiência.	20%	40%	60%	80%	100%
Recrutar 290 professores especializados em dificuldades de aprendizagem para as novas salas especiais a serem adicionadas às escolas públicas em nível municipal.	60	80	100	50	
Desenvolver áreas de lazer e recreação nas escolas para o benefício de crianças com deficiência.	20%	40%	60%	80%	100%

Fonte: Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional, 2012.

Após a realização destas atividades o governo espera como resultado que, "[...] as crianças com deficiência se integram ao sistema e se desenvolvem nele com total autonomia e independência" (MENFP ,2012, p. 87).

Quadro 5. atividades para melhorar a qualidade da educação e facilitar o desenvolvimento das crianças com deficiência.

Atividades	Período de execução				
	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015
Desenvolver materiais didáticos adequados e adaptados às diferentes necessidades de crianças e jovens com deficiência.	x	x	x		
Equipar todas as escolas públicas com materiais didáticos adequados.		40%	60%	80%	100%
Desenvolver e integrar módulos de treinamento em educação especial em programas de treinamento inicial de professores.	X	x			
Recrutar 100 psicólogos educacionais, com uma média de 10 por departamento geográfico.		20	30	30	20
Capacitar 50% dos professores atuais, incluindo todos os professores de escolas públicas, em educação especial e/ou ensino diferenciado.	10%	20%	30%	40%	50%
Realizar seminários de treinamento em educação especial para funcionários não docentes.	X	X	x	x	x
Sensibilizar toda a comunidade educativa sobre a questão da educação de crianças e jovens com deficiência.	X	X	X	x	x
Fortalecer as associações existentes e organizar grupos de ajuda mútua e solidariedade nas escolas para o cuidado coletivo de crianças e jovens com deficiência.	X	X	X	X	x

Fonte: Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional, 2012. Tradução própria.

Após a realização destas atividades o governo espera que, "[...] o corpo docente e pedagógico está familiarizado com os conceitos essenciais da educação especial e do

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

ensino diferenciado e o ambiente de ensino-aprendizagem atende às necessidades das crianças com deficiência" (MENFP, 2012, p.88).

Quadro 6. atividades para melhorar a governança do sistema para o cuidado eficaz de criança e jovens com deficiência.

Atividades	Período de execução				
	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015
Realizar, em conjunto com o MAST e a Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência, um estudo nacional para identificar todas as crianças com deficiência e a natureza de suas deficiências.	x	x			
Desenvolver e implementar um banco de dados sobre diferentes crianças e jovens com deficiência, os tipos de deficiência listados, sua concentração, suas necessidades específicas etc.	X	X	X		
Integrar todos os dados relevantes relacionados a crianças e jovens com deficiência no banco de dados do MENFP.			X	X	x
Redefinir as atribuições da comissão responsável pela educação especial no MENFP.		x			
Dotar a Comissão (CASAS) dos recursos humanos e materiais necessários.	X	X	X		
Treinar/conscientizar os gestores e técnicos do CASAS sobre suas funções e responsabilidades.	X	X	x	x	x
Criar uma unidade de monitoramento e apoio a crianças e jovens com deficiência por departamento.		X	X	x	x
Prestar apoio técnico e financeiro às associações que atuam na promoção da educação de crianças e jovens com deficiência.	X	X	X	X	x
Sensibilizar todos os setores da sociedade sobre o direito à educação de crianças/jovens com deficiência.	X	X	x		

Fonte: Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional, 2012. Tradução própria.

Para essas atividades o governo espera que, "as decisões relativas à oferta de educação para crianças com deficiência baseiam-se numa compreensão real da sua situação e a estrutura responsável pela educação especial no MENFP é mais eficaz no cumprimento da sua missão" (MENFP, 2012, p. 89).

Em 2013, ou seja, três anos depois, as primeiras avaliações mostraram que o nível de implementação do Plano Operacional 2010 – 2015 era muito baixo devido a atrasos ou à ausência de financiamento externo e, principalmente, à falta de capacidade do Ministério da Educação para implementá-lo. Nesse sentido, o Ministério da Educação criou um Programa de Intervenção Prioritária em Educação (PIPE) para um período de três anos,

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

2013-2016, com o objetivo de atingir os objetivos do PO (MENFP, 2013). Conforme destaca o Ministério da Educação,

> O PIPE deve contribuir para impulsionar o sistema educacional, tornando-o uma alavanca de crescimento econômico por meio da redução da pobreza; para reduzir gradativamente as disparidades de gênero, área e renda; para ampliar consideravelmente o acesso à educação de qualidade para todas as classes sociais; para melhorar a retenção escolar; e para promover as diversas profissões do setor educacional (MENFP, p. 40, 2013).

O PIPE baseia-se em três eixos fundamentais que abrangem os eixos do PO considerados prioritários para esse período. Primeiro, universalizar a educação básica e de qualidade; melhorar o acesso e a qualidade nos demais níveis de ensino e por fim, fortalecer as instituições (MENFP, 2013).

4.1 Inclusão escolar

Incluir é o ato de colocar algo que foi excluído ou que estava fora de um determinado grupo, dentro da mesma esfera, no contexto educacional, a inclusão escolar é o fato de incluir todas as crianças com deficiências no sistema educacional para poder gozar de maneira plena seu direito fundamental. Conforme destaca Bueno (2008), “[...] inclusão escolar se refere a uma proposição política em ação, de incorporação de alunos que tradicionalmente têm sido excluídos da escola[...]” (Bueno, 2008, p. 49).

De maneira similar, Smelter, Rasch e Yudewitz (1994) definem a inclusão escolar como o ato de “[...] inserir os estudantes da educação especial nas classes comuns do ensino regular, levando com elas os suportes que precisam, mais do que as tirando para os serviços de apoio” (Smelter, Rasch e Yudewitz 1994, apud. Mendes, 2017, p. 72).

A educação inclusiva é o processo de transformação para uma sociedade inclusiva, onde todos os alunos são incluídos nos estabelecimentos de ensino regular. A reestruturação da cultura, da prática e das políticas nas escolas deve-se dar de acordo com a diversidade de alunos (Silva Neto et al, 2018). A definição do Silva Neto, mostra que a educação inclusiva é uma transformação social, ou seja, uma sociedade excludente que se torna inclusiva com a priorização da participação de todos os alunos sem distinção nas instituições regulares. É um processo que reestrutura a cultura, as práticas e as políticas nas escolas para responder à diversidade dos alunos. Neste contexto Mantoan (2003) aponta que, “[...] não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial” (Mantoan,2003, p. 31).

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Contudo, a inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional requer um bom planejamento desde a concepção da política pública até a implementação para conseguir responder às diversidades das crianças dentro das escolas. Conforme destaca a declaração de Salamanca,

> O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, p. 5).

Conforme a Declaração de Salamanca, é importante frisar que é dever dos governos de reconhecer às necessidades individuais dos alunos, para poder desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades das crianças. De forma semelhante Glat et al., (2007) destacam que,

> Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (Glat; Pletsch; Fontes, 2007, p. 344)

Seguindo a mesma linha argumentativa, Blanco (2003) aponta que a "[...] educação inclusiva significa pensar numa escola onde todos os alunos possam ter acesso e permanência iguais, e onde os métodos de seleção e discriminação, até então, sejam substituídos por métodos que identificam e removam as barreiras para o aprendizado" (Blanco, 2003, apud. Silva Neto et al., p. 90).

Nesse caso, as políticas públicas de educação inclusiva devem levar em consideração alguns parâmetros considerados necessários, como à acessibilidade no espaço físico da escola, a disponibilização de materiais didáticos e a remoção das barreiras tanto para o aprendizado quanto para as famílias de baixa renda. As escolas devem dotar de profissionais qualificados, e o Estado deve investir na formação inicial e continuada dos professores para uma educação inclusiva de qualidade.

Desta forma, Silva Neto (2018) aponta que não podemos abordar a inclusão escolar de maneira meramente emocional; é essencial discutir a partir da perspectiva de quem atua na escola, incluindo professores, coordenadores, diretores, porteiros, entre outros. Apenas inscrever o aluno em uma turma regular por exigência legal não é suficiente; é crucial contar com uma equipe qualificada para garantir que a inclusão aconteça de fato (Silva Neto et al,

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

2018). Essa abordagem reforça a importância de considerar todos os sujeitos que estão envolvidos no processo da inclusão, garantindo de maneira eficaz as necessidades dos alunos. O envolvimento de todos os sujeitos pode levar a um comprometimento coletivo, resultando a prática da inclusão não como a responsabilidade de um só, mas sim como a responsabilidade de todos. Sánchez (2009) afirma que, para transformar as escolas em escolas inclusivas, é preciso basear-se numa resposta educativa que tenha em conta as necessidades dos alunos, com materiais didáticos que estimulem a participação de todos (Sánchez, 2009).

Na mesma linha de pensamento Pletsch e Fontes (2006) apontam que,

> a educação inclusiva é uma proposta que sugere mudanças na concepção de ensino e práticas pedagógicas realizadas na escola, para que todos sejam beneficiados. Ou, ainda, é uma proposta que impulsiona uma transformação das práticas tradicionais baseadas no déficit para explicar as dificuldades de seus alunos, em direção a uma prática inovadora que explique as dificuldades de aprendizagem dos alunos tendo como referência o sistema educacional e suas possíveis limitações (Pletsch; Fontes, 2006, P. 88).

Com base nesta afirmação e de outros autores mencionados neste trabalho, entende-se que a educação inclusiva exige mudanças em diversas áreas, especialmente nos métodos e práticas de ensino, em benefício de todos os alunos. A formação de professores é, portanto, condição essencial para o estabelecimento de uma educação inclusiva de qualidade. Conforme destaca Glat et al. (2007), para que as escolas se tornem inclusivas, é necessário capacitar os professores e a equipe administrativa, portanto, é importante rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e interferem na escola. Isso envolve avaliar e redesenhar suas estruturas, organizações, projetos político-pedagógicos, recursos didáticos, práticas de avaliação, metodologias e estratégias de ensino (Glat et al., 2007).

4.2 Formação de professor

A educação inclusiva exige uma abordagem diferente entre os professores e os alunos com deficiência, o que leva diretamente à necessidade de capacitar os professores. No contexto da educação inclusiva a formação dos professores desempenha um papel mediador entre as crianças. Conforme destacam Martins et al. (2020), a formação de professores é um processo de desenvolvimento profissional que vai além do aperfeiçoamento individual dos profissionais, optando por uma abordagem contextual, organizacional e orientada para mudança (Martins et al. 2020).

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Enfatizando que a formação de professores deve ser pautada pela mudança, os autores demonstram que as escolas inclusivas se baseiam em uma ruptura com as estruturas organizacionais das escolas tradicionais. Dessa forma, a formação de professores não deve ser uma simples questão de aprimoramento individual, mas sim uma formação que os prepare para uma constante mudança no ambiente em que atuam, o que exige um método de trabalho mais flexível e adaptável. De forma complementar Mantoan (2003) afirma que,

> No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis (Mantoan, 2003, p.43).

Destacando que, em uma perspectiva inclusiva, a formação inicial e continuada de professores não se limita à especialização, à ampliação ou à atualização de conhecimentos pedagógicos, Mantoan (2003), sugere uma redefinição do papel do professor. Diferentemente dos modelos tradicionais, isso exige que os professores sejam capazes de se adaptar às novas práticas pedagógicas relacionadas à inclusão.

A formação dos professores é fundamental para que eles estejam aptos a lidar com a diversidade presente na sala de aula pois, cada aluno é diferente do outro e cada deficiência é um caso particular. O que torna essencial a promoção de um ambiente de aprendizado mais inclusivo. Segundo a Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial, o perfil de Professores Inclusivos é baseado em quatro valores fundamentais:

> 1. Valorização da diversidade – a diferença é considerada um recurso e um valor para a educação;
> 2. Apoiar todos os alunos – os professores têm elevadas expectativas sobre os resultados a atingir por todos os alunos;
> 3. Trabalho com outras pessoas – colaboração e trabalho em equipa são metodologias essenciais para todos os professores;
> 4. Desenvolvimento profissional e pessoal – o ensino é uma atividade de aprendizagem e os professores assumem a responsabilidade pela sua aprendizagem ao longo da vida. (Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial, 2012, p. 12).

Nesse contexto, a formação de profissionais da educação na perspectiva da educação inclusiva é essencial para promover e valorizar a diversidade entre os alunos, garantir uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, proporcionar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

4.3 Infraestrutura escolar

A inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional não se limita à questão de colocá-las dentro de uma sala de aula. A inclusão abrange outros aspectos dentro dos quais, destaca-se o espaço físico e a formação de professores. Conforme destacam, Gomes et al. (2016),

> a inclusão escolar deve ocorrer em várias dimensões, sendo duas delas consideradas como as principais. A primeira refere-se à inclusão no espaço físico, isto é, se a infraestrutura escolar está adequada para a oferta de uma educação de qualidade e se atende às especificidades de cada criança; a segunda, deve-se observar se os profissionais da escola, sobretudo, os professores estão preparados pedagogicamente para essa inclusão (Gomes et al, 2016, p. 2).

Ao enfatizar que, a inclusão escolar deve ocorrer em vários aspectos, os autores demostram a importância de investir na acessibilidade do espaço físico da escola, zelando por uma infraestrutura adequada para uma educação de qualidade que responda às expectativas dos alunos e sobretudo, os professores devem estar preparados para isso.

Nesse mesmo sentido, Silva Filho e Kassar (2019), apontam que a inserção de crianças com deficiência no âmbito da educação, necessita da reorganização dos espaços escolares (Silva Filho e Kassar, 2019, apud. Santos et al., 2021). Isto é, pensar de uma forma que todos tenham acesso ao espaço físico da escola independente de sua condição física. O Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional tem elaborado algumas normas para a melhoria dos edifícios escolares cujo principal objetivo é criar uma estrutura que aprimore a qualidade dos edifícios escolares, permitindo melhores condições de trabalho, melhorando a segurança dos ocupantes e melhorando a acessibilidade física de todas as crianças nas escolas, bem como reduzindo as diferenças entre escolas localizadas em áreas rurais e nas grandes metrópoles (MENFP,2013). Neste contexto, “[...] o edifício escolar, cuja finalidade é albergar as atividades escolares, deve ser, acima de tudo, uma casa onde as crianças se sintam confortáveis “(MENFP, 2013, P.18). Além disso, para facilitar a inclusão das crianças com deficiência, o Ministério relatou que:

> Todas as escolas devem poder acolher pessoas com deficiência em cadeiras de rodas que frequentam a escola (alunos, pais, professores, pessoal administrativo e técnico) nas mesmas condições de acesso que as outras. A pessoa deve ser capaz de chegar ao seu lugar, cuidar de seus negócios, participar de atividades e usar as instalações do estabelecimento - da forma mais independente possível e segura - sem sair de sua cadeira de rodas (MENFP, 2013, P.34).

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Considerando a importância da acessibilidade na inclusão escolar, esta medida demonstra os esforços do Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional para criar um espaço escolar que possa acolher a todos sem distinção. Porém, na realidade essa medida não saiu do papel.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

5 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesta seção se apresentam as discussões e os resultados da pesquisa. A análise documental completa as respostas dos roteiros de perguntas aplicados com as instituições para obter informações sobre as infraestruturas escolares e a formação de professores no Haiti, para entender como essas duas dimensões se inserem no arcabouço das políticas públicas de educação inclusiva no país.

5.1 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A infraestrutura escolar desempenha um papel importante na qualidade da educação e, principalmente, na efetivação da educação inclusiva, pois garante que o espaço físico da escola seja acessível aos alunos com deficiência e garante sua permanência na escola, além de participar de todas as atividades que ocorrem nas mesmas condições que todos os outros alunos, sem quaisquer restrições. Uma infraestrutura adequada é um espaço que atende a todos os requisitos de acessibilidade e ainda conta com energia elétrica, água potável, laboratórios e banheiros adaptados, entre outros.

É de destacar que a infraestrutura escolar não se resume somente à construção de prédios, além disso, é importante equipar os espaços com equipamentos e instalações adequados para atender as exigências dos alunos.

De acordo com o representante do FNE, a instituição visa fortalecer seu compromisso por meio de medidas personalizadas. A instituição apoiar projetos educacionais locais, como a construção ou reforma de escolas, a criação de cantinas e a criação de bibliotecas ou salas de aula alternativas. Essa abordagem participativa visa alinhar o trabalho do FNE o mais próximo possível das necessidades de crianças e jovens em toda a região.

Segundo o representante do FNE, a instituição trabalha em conjunto com ONGs locais. As ONGs locais são um elo fundamental na implementação de projetos financiados pelo FNE. Suas raízes comunitárias e experiência de campo lhes conferem a capacidade de responder rapidamente, adaptando-se às necessidades específicas de áreas vulneráveis. São frequentemente selecionadas para implementar projetos nas áreas de primeira infância, formação de professores ou apoio educacional. Essas ONGs se beneficiam da supervisão rigorosa do FNE para garantir que suas intervenções atendam aos objetivos estabelecidos.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

As instituições públicas parceiras incluem ministérios setoriais (MENFP, MEF, Planejamento, Setor Sindical), autoridades locais e instituições de ensino superior. Elas estão envolvidas na coordenação interinstitucional, na validação técnica de projetos e na supervisão da implementação no local. O FNE conta com essas instituições para ancorar suas ações em planos de desenvolvimento nacionais e departamentais, evitando duplicações. Essa cooperação promove a sinergia de esforços e maximiza o impacto do financiamento mobilizado.

Conforme a fala do representante do FNE, até o momento, a instituição financiou quase sessenta e sete (67) novas construções espalhadas por todo o país. No entanto, a instituição reconhece que a acessibilidade para alunos com deficiência não está realmente garantida, mas novas medidas estão sendo tomadas para lidar com essa questão. Um ponto muito importante, segundo o representante do FNE, é que alguns banheiros atendam a padrões e técnicas de acessibilidade o que demonstra preocupação com a questão da inclusão por parte deles. O Plano Operacional 2010-2015 estabelece uma meta de 100% de acessibilidade para as escolas públicas até 2015, mas essa meta está longe de ser alcançada. Essa condição é desfavorável aos alunos com deficiência. O FNE, como entidade responsável pela construção das infraestruturas escolares, deve investir mais recursos na acessibilidade escolar para tornar o ambiente físico das escolas mais inclusivo.

Por outro lado, o BSEIPH desempenha um papel diferente do FNE, ele não intervém diretamente na construção de infraestruturas escolares, segundo o roteiro respondido pelo representante do BSEIPH, no processo da inclusão de alunos com deficiência, o BSEIPH desempenha um papel de coordenação, advocacia e consultoria junto ao Ministério da Educação Nacional. Também está envolvido no acesso à infraestrutura, na formação de professores e na conscientização da comunidade.

Ao contrário do FNE, a CASAS não intervém diretamente na construção das infraestruturas escolares, ela desempenha uma função de monitoramento. Obtém os documentos de referência sobre acessibilidade, desenvolvidos pelo Departamento de Engenharia Escolar (DEE), e verifica se os documentos de referência são respeitados. O representante da CASAS relatou um aspecto importante sobre a ausência de instrumentos regulatórios para direcionar os fundos disponíveis para investir na inserção escolar no país, ainda o representante da CASAS afirmou que, fundos internacionais disponíveis, mas dispersos onde cada um define os objetivos que deseja. Isso represente um problema significativo em termo de governança.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Considerando a bibliografia consultada neste trabalho, nota-se que esses dados dialogam com o que os autores afirmam sobre o papel da infraestrutura escolar no processo da educação inclusiva. Segundo Mendes da Silva Filho et al. (2019), “[...] pensar a acessibilidade tendo como foco a participação plena de pessoas com deficiências, particularmente na área da educação, é fator fulcral para a consolidação das ideais que orientam esse projeto social” (Mendes da Silva filho et al. 2019, p. 7).

Na mesma linha, Andrade, Campos e Costa, (2021) apontam que as escolas devem considerar a acessibilidade física como um elemento essencial para promover a inclusão educacional, pois ela é responsável por garantir autonomia, segurança e facilidade de acesso ao espaço para todos os alunos. Os autores apontam que “[...] a acessibilidade pode se apresentar de diversas formas dentro de um espaço escolar, a depender das necessidades da Pessoa com Deficiência” (Andrade; Campos e Costa, 2021, p. 165).

Segundo o representante da BSEIPH, há muitos aspectos que representam um obstáculo à educação inclusiva no Haiti, entre eles a falta de formação de professores, o preconceito social, a inacessibilidade da infraestrutura escolar, a ausência de recursos pedagógicos adaptados e a insuficiência do orçamento do Estado. Da mesma forma, o representante do FNE afirmou que o que representa um verdadeiro obstáculo à educação inclusiva no Haiti é a mentalidade da população (preconceito social) e a falta de bons professores, o que significa que os professores não recebem formação para isso. Ambas reconhecem que existe um problema de acessibilidade nas escolas do país.

Ainda para reforçar a análise, um diagnóstico realizado no Haiti pelo Programa Global para Escolas Mais Seguras do Banco Mundial em 2020, constatou-se que poucas escolas atendem às necessidades de acessibilidade de alunos com deficiência. A ausência de infraestrutura adequada compromete o direito fundamental das pessoas com deficiência por representar uma das principais barreiras à inclusão escolar (Banco Mundial, 2020).

No contexto haitiano, isso significa que os responsáveis devem levar em consideração as diversidades dos alunos quanto à sua deficiência para proporem um ambiente escolar adaptado às suas necessidades físicas reais. Assim, as instalações escolares podem acomodar diversas necessidades de adaptação, conforme destacam Andrade, Campos e Costa, (2021), se houver alunos com deficiência visual, a escola precisa ter um piso tátil em braile que sinaliza a entrada do espaço, no caso de alunos com deficiência auditiva, a escola precisa ter intérpretes para fazer a tradução e, por fim, se houver alunos com deficiência física, como cadeirantes, os banheiros e salas devem ser adaptados e os espaços devem ter rampas de acesso (Andrade; Campos e Costa, 2021).

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

5.2 ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores é um dos pilares fundamentais para garantir a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional. Quando os professores são bem formados, o ambiente da sala de aula será diferenciado, os professores serão capazes de responder à diversidade dos alunos, facilitando sua aprendizagem e, principalmente, fazendo com que os alunos com deficiência se sintam em um ambiente confortável e acolhedor.

No contexto haitiano, as respostas das instituições mostram que os professores carecem de formação. Conforme indica o representante do FNE, há uma falta de formação para professores, por esse motivo, algumas escolas são consideradas melhores que outras devido ao seu corpo docente; o que normalmente leva a uma disparidade na frequência escolar, tanto na capital como nas grandes cidades do interior.

De maneira semelhante, o representante do BSEIPH afirma que há uma falta de formação de professores e como defensor dos direitos das pessoas com deficiência, é fundamental considerar a educação inclusiva como uma alavanca para a transformação social. Ela não deve ser vista como um privilégio, mas como um direito fundamental de todas as crianças, independentemente de sua deficiência.

O representante do FNE destaca que, em seu papel de financiador das atividades educativas, o apoio do FNE também se estende a professores, educadores e atores comunitários por meio de programas de educação continuada, materiais educacionais voltados à melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento das habilidades profissionais.

Ainda, conforme o representante do FNE, dependendo dos objetivos perseguidos e das necessidades identificadas, o FNE intervém sob diversas formas: subsídios, auxílios pontuais ou financiamento condicional. Os subsídios destinam-se principalmente a projetos educacionais ou sociais, sem requisitos de reembolso. O auxílio direto pode abranger ações específicas, como a aquisição de materiais didáticos ou a participação em ações de formação. Os potenciais beneficiários incluem instituições públicas (como o MENFP, autoridades locais ou outros órgãos estatais) e organizações privadas (escolas, associações, fundações ou partes interessadas do setor educacional).

A CASAS desempenha um papel fundamental na formação de professores e no monitoramento da acessibilidade nas escolas. Segundo o representante da CASAS, ela

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

atua na elaboração de conteúdos formativos, planejamento de seminários para as partes interessadas do sistema em linguagem de sinais e braile, treinamento em educação inclusiva e treinamento sobre combate à violência e à violência de gênero nas escolas. A CASAS e o Departamento de Treinamento e Desenvolvimento (DFP), são as duas entidades responsáveis pela formação dos professores em educação inclusiva. Recentemente, na conta oficial do Ministério da Educação no Facebook, em abril de 2025, foi publicada uma nota mencionando cerca de 30 professores recebendo treinamento em língua de sinais e braile.

O Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP) procedeu, na quarta-feira, 2 de abril de 2025, à entrega de certificados a cerca de trinta professores que frequentaram, durante nove dias, um total de 52 horas, um curso de formação em "Braile" e "Língua Sinal". A cerimónia foi presidida por Louis-Pierre JANVIER, Coordenador da Comissão de Adaptação Escolar e Apoio Social (CASAS), que se mostrou satisfeito com o resultado positivo deste seminário[8].

Portanto, o representante da CASAS mencionou que muito poucos professores e educadores foram formados para implementar a inclusão escolar. A falta de formação para os professores representa um obstáculo para a efetivação de uma educação inclusiva no país. Ainda, segundo o representante da CASAS existe uma escassez de pessoal de inclusão no sistema educacional haitiano.

Considerando o que foi consultado na bibliografia deste trabalho, destaca-se que esses dados dialogam com o que os autores discorrem sobre a importância de capacitar os professores para poder pensar em uma educação inclusiva.

Entretanto, as instituições reconhecem que a falta de formação inicial e continuada dos professores representa um obstáculo para a efetivação da inclusão escolar no país. Comparando os achados com a literatura, nota-se a importância de uma intervenção do Estado haitiano, principalmente o Ministério da Educação Nacional e de Formação Profissional – MENFP na formação inicial e continuada dos professores para o sucesso da educação inclusiva no Haiti. Conforme destaca Rocha (2017),

> A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva

[8] Haïti/Inclusion scolaire/Formation (du 31 janvier au 28 février 2025). Une trentaine d'enseignants certifiés en «Braille » et en « Langue des signes » https://www.facebook.com/share/p/15e9CNVSQT/

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

> e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro (Rocha, 2017, p.2).

De maneira complementar De Jesus e al. (2012), afirmam que a formação contínua em contexto deve focar nas diferentes situações que constituem a ação educativa, a análise das práticas pedagógicas e a criação de espaços de reflexão coletiva, buscando sempre criar na escola a crença de que é possível pensar em soluções para os problemas que se apresentam (De Jesus e al. 2012).

Além da falta de formação de professores, o representante da CASAS destacou outros fatores estruturais que dificultam a implementação da educação inclusiva no Haiti, como a falta de pessoal especializado em inclusão, a ausência de um orçamento específico para o desenvolvimento de iniciativas inclusivas e a falta de vontade política para priorizar essa questão. Segundo o representante, embora o financiamento internacional esteja disponível, ele é fragmentado e desconectado das políticas nacionais, com cada doador impondo seus próprios objetivos, comprometendo a coordenação estratégica das iniciativas. Outro ponto crítico é a ausência de instrumentos regulatórios para regular as práticas escolares em relação à inclusão, o que agrava as desigualdades na implementação das políticas.

É de destacar que segundo o representante da CASAS, a instituição não avalia o impacto das suas ações em termos de educação inclusiva. Um dos pontos importantes para a implementação de qualquer política pública é a avaliação, ela faz parte do ciclo de políticas públicas. Conforme mostrando a figura abaixo,

Figura 2. Ciclo de políticas públicas

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Fonte: Leonardo Secchi, 2013.

A avaliação de uma política pública é fundamental para oferecer uma visão abrangente de sua implementação, permitindo verificar se os instrumentos de implementação utilizados são eficazes na resolução do problema, bem como indicar a necessidade de continuidade, de ajustes ou de reformulações nas estratégias adotadas. Conforme destaca Secchi (2013), “[...] a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou” (Secchi, 2013, p. 63).

A falta de avaliação por parte dos responsáveis pode ter um impacto significativo no resultado das ações da CASAS em prol da educação inclusiva, pois eles não sabem se suas ações atendem as necessidades das crianças.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as políticas públicas para a educação inclusiva em Haiti. A análise concentrou-se em dois pilares importantes, que são a infraestrutura escolar e a formação de professores. A infraestrutura escolar desempenha um papel fundamental na inclusão de alunos com deficiência, conferindo-lhes autonomia, garantindo segurança e confiança, o que permite que os alunos participem de todas as atividades que ocorrem dentro da escola sem medo. Por outro lado, a formação de professores assegura que eles se equipem com as habilidades necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula. Isso lhes permite ter uma melhor compreensão do contexto em que estão inseridos e apresentar melhores resultados.

O referencial teórico demonstra como a formação de professores e uma infraestrutura escolar adequada podem ser um grande aliado no processo de inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional. Professores com uma formação adequada é uma garantia de uma melhor aprendizagem em sala de aula, facilitando a participação de todos os alunos nas atividades que realizam durante as aulas. A infraestrutura escolar desempenha um papel de harmonização entre os alunos com deficiência e o espaço em que se desenvolvem, de modo que o resultado seja satisfatório. Inclusive também, a diferença entre os termos “Integração” e “Inclusão”.

A aplicação de um guia de perguntas como método de coleta de dados foi fundamental para a investigação, permitindo compreender o contexto das políticas públicas de educação inclusiva no Haiti, considerando as implicações do Fundo Nacional de Educação (FNE) na promoção da educação de qualidade por meio da construção e reabilitação de infraestrutura escolar e do financiamento da formação de professores, dois pilares importantes do processo de inclusão escolar. Além disso, o BSEIPH está envolvido na implementação de políticas públicas que possam facilitar a integração de pessoas com deficiência em todo o país, em diversas áreas, como educação e emprego. Por fim, destaca-se as implicações diretas da CASAS na escolarização de crianças com deficiência no país.

Embora a lei sobre a integração das pessoas com deficiência, no art. 41 a seção 3, estabelece que os edifícios escolares e profissionais construídos após sua entrada em vigor devem atender às necessidades das pessoas com deficiência, facilitando sua movimentação e aprendizagem acadêmica (Haiti, 2012), e as normas técnicas de construção de estabelecimentos escolares definidas pelo Ministério da Educação Nacional

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

e de Formação Profissional em 2013 determinem que as escolas devem garantir um ambiente acessível a todos os alunos sem distinção, a atuação do FNE na construção e reabilitação de infraestrutura escolares ainda enfrenta desafios. A análise mostra que a acessibilidade permanece uma prática em construção, não estando completamente definida. E por outro lado, há uma carência de formação inicial e contínua para os professores. Isso compromete seus direitos como cidadãos e alunos, considerando que o acesso à educação é um direito fundamental garantido por lei, essa ação viola as próprias leis do país e as convenções e tratados internacionais ratificados e assinados pelo governo haitiano sobre educação inclusiva.

É importante frisar que essas condições são desfavoráveis para alunos com deficiência, pois os exclui automaticamente do sistema. Um sistema educacional baseado na inclusão não representa apenas um direito fundamental, mas também um investimento sustentável no desenvolvimento social e econômico do país. Uma sociedade inclusiva é uma sociedade baseada na justiça social, que acredita na igualdade de oportunidades para todos os seus cidadãos, sem distinção e sem preconceito.

O Representante da CASAS, destacou que o sistema educacional haitiano não possui um currículo específico para crianças com deficiência. O currículo dedicado aos alunos regulares é utilizado para aqueles com deficiência. No entanto, existe um programa de apoio para facilitar a aprendizagem desses alunos, como o fornecimento de supervisores e materiais didáticos adaptados.

Para reverter essas situações, segundo representantes do BSEIPH, o Estado deve fortalecer a formação inicial e continuada dos professores, investir na acessibilidade escolar, integrar módulos sobre deficiência no currículo educacional, realizar campanhas nacionais de conscientização e, principalmente, disponibilizar recursos orçamentários específicos para a educação inclusiva no país.

Cabe ressaltar que, apesar das limitações encontradas, a CASAS vislumbra perspectivas importantes para o fortalecimento da inclusão escolar no Haiti, incluindo: o desenvolvimento de um documento de política nacional sobre educação inclusiva, a criação de um programa específico de inclusão, o desenvolvimento de treinamentos sistemáticos em educação inclusiva e a estruturação de um corpo profissional exclusivamente dedicado à inclusão. Tais iniciativas, se implementadas de forma eficaz, podem representar um passo importante na transformação do sistema educacional haitiano.

Diante dessas constatações, é importante que o Ministério da Educação crie um órgão específico para monitorar, fiscalizar e avaliar os programas de educação inclusiva

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

com objetivo de garantir que as escolas cumpram os padrões estabelecidos e, principalmente, aplicar sanções ou multas a todos os estabelecimentos que não cumpram os padrões de acessibilidade.

Para uma educação inclusiva no Haiti, é importante que o governo invista na acessibilidade das infraestruturas escolares, equipando-as com materiais e equipamentos adaptados às necessidades dos alunos com deficiência e, acima de tudo, investindo na formação continuada dos professores. Um artigo publicado pelo Ayibo Post em 2023 relatou que nenhuma universidade no país oferecia formação específica para professores, a fim de apoiar alunos com necessidades especiais. Diante dessa situação, é importante que o governo crie programas de formação inicial e continuada em colaboração com as universidades para capacitar professores a atender às necessidades dos alunos. Investir na formação de professores é essencial para promover a educação inclusiva no Haiti, valorizando a diversidade dos alunos e garantir sua participação.

O acesso à educação para pessoas com deficiência, em qualquer contexto, nunca deve ser considerado um favor, mas sim um direito fundamental garantindo por lei e deve ser respeitado pelos governos, para que tenhamos uma sociedade exclusivamente inclusiva, que encontre sua base na justiça social.

Cabe ressaltar, ademais, a persistente confusão conceitual entre os termos “Integração” e “Inclusão” por parte das autoridades responsáveis. A utilização do termo integração em detrimento de inclusão, tanto nas legislações quanto nos programas educacionais, pode resultar em práticas restritas ou inadequadas à complexidade inerente ao processo de inclusão escolar. Assim, evidencia-se que a consolidação de uma educação inclusiva no Haiti permanece um desafio em aberto, configurando-se como um processo em constante construção e aprimoramento.

É de destacar que este trabalho enfrentou algumas limitações. Inicialmente, o método de coleta de dados foi baseado na aplicação de uma guia de entrevista com três instituições-chave no país: a Comissão de Adaptação Escolar e Apoio Social (CASAS), devido ao seu envolvimento direto na escolarização de crianças com deficiência, o Fundo Nacional de Educação (FNE) e a Secretaria de Estado para a Integração da Pessoa com Deficiência (BSEIPH), devido ao seu envolvimento na educação de pessoas com deficiência. Devido a restrições de tempo por parte dos responsáveis, não foi possível conduzir as entrevistas conforme planejado. Para coletar os dados, três roteiros de questões foram aplicados às instituições supracitadas. Este método permitiu coletar os dados, mas, por outro lado, impediu de obter todas as informações que uma entrevista

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

presencial ou remota poderia fornecer, especialmente porque algumas respostas exigiram perguntas adicionais para obter respostas relevantes para a pesquisa.

A análise ajuda a compreender melhor o que pode impedir ou facilitar a implementação de políticas públicas sólidas para a educação inclusiva no país. Este trabalho pode auxiliar aqueles que decidem sobre a educação no país. Isso lhes permitirá ter uma ideia da situação atual e ajudá-los a tomar as medidas adequadas para garantir o acesso à educação para crianças com deficiência, conforme exigido na legislação do país.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial (2012) Perfil de Professores Inclusivos, Odense, Dinamarca: Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial. Disponível em: Formação de Professores para a Inclusão PERFIL DE PROFESSORES INCLUSIVOS. Acesso em: 07/072025.

ANDRADE, Raphael Rodrigues de; CAMPOS, Luís Henrique Romani de; COSTA, Heitor Victor Veiga da. Infraestrutura escolar: un análisis de su importancia para el desempeño de los alumnos de las escuelas públicas. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 159-190, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art9

AyiboPost. FENEL Pelissier. Haiti: très peu d'écoles pour les enfants à besoins spéciaux. Publicado em 03 de fevereiro de 2023. Disponível em: Haïti : très peu d'écoles pour les enfants à besoins spéciaux - AyiboPost. Acesso em: 11/07/2025.

BRASIl. Lei n° 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm, acesso em: 17/05/2025.

BRASIl. Lei n° 10098 de 19 dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm , acesso em 17/05/2025.

Bureau du Secrétaire à l'Intégration des Personnes Handicapées. BSEIPH - Bureau du Secrétaire d'Etat à l'Intégration des Personnes Handicapées. Site oficial.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: DESLAURIERS, Jean-Pierre [et.al.]. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

COLIN, Léonard. Instituer l'inclusion scolaire en Haïti dans le contexte de l'aide au développement: Analyse du processus d'appropriation du modèle éducatif inclusif et du Système d'information de gestion en éducation (SIGE) par les acteurs éducatifs. 024. 374 f. Thèse (Doctorat en Sciences de l'Éducation) – Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2024. p.1-389.

COSTA Denise Ferreira da; MACIEL Solange Mantanher da Costa; MIGUEL, Eliana Alves et al. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve Contexto Histórico das Mudanças de paradigmas, Revista Científica Semana Acadêmica, 2016.

FREIRE. Um olhar sobre a inclusão. Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008 | 5 - 20.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa - 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

GLAT, Rosane; PLETSCH, Márcia Dense; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Revista do Centro de Educação, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil.

Haiti - Loi n° 79, de Mars 2012. Loi portant sur l'Intégration des Personnes Handicapées. Le Moniteur, p. 1-24.

Haiti. Constitution impériale du 20 mai 1805.

Haiti. Constitution haitienne de 1801.

Haiti. Constitution haitienne de 1807.

Haiti. Constitution haitienne de 1987 amendée.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE: Les comptes économiques em 2024. Port-au-Prince, IHSI, Déc. 2024. Disponível em: Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI) - Comptes nationaux. Acesso: em 26/06/2025.

Le Code Noir. Disponível em: Le Code noir | BNF ESSENTIELS, acesso em: 17/05/2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee. v18i00.17958. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958 . Acesso em: 10 abr. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, Moderna 2003. 1ª edição. Coleção cotidiana.

MARULANDA, Norah Rey de; TANCREDI, Francisco B. Da inovação à política pública: Histórias de êxito na América Latina e no Caribe. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2011. Disponível em: Da inovaçao a política pública: historias de êxito na América Latina e no Caribe. Acesso em: 18/02/2025.

MARTINS, L. de A. R.; PREICHARDT DUEK, V.; SCARLATI DOMINGUES, I. M. C.; MIZUKAMI, M. da G. N. Formação continuada de professores para educação inclusiva: uma experiência com casos de ensino. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 916–931, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp.1.13508. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13508 . Acesso em: 22 fev. 2025.

MENDES, Gonçalves Enicéia. Sobre alunos "incluídos" ou "da inclusão": Reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga e OLIVEIRA, Ivone Martins. Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro: Brasil Multicultura, 2017, p. 1-308.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

MENFP - Ministère de l'Education National et de la Formation Professionnelle: PROGRAMME D'INTERVENTIONS PRIORITAIRES EN ÉDUCATION (PIPE) 2013-2016. Port-Au-Prince, Haïti, 2013.

MENFP - Ministère de l'Education National et de la Formation Professionnelle: Normes de construction des bâtiments scolaires, juin 2013, p. 1-40.

MICHEL, Joel. La scolarisation des élèves en situation de handicap en Haïti: organisation, état des lieux et représentations sociales des parents d'enfants avec un trouble du spectre autistique (TSA). Psychologie. Thèse (Doctora en Science de l'Éducation) - Université de Nanterre - Paris, 2021. p. 1-250.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Formação docente e práticas pedagógicas: Conexões, possibilidades e tensões. In: DE JESUS, Denise Meyrelles; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. O professor e a educação inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 1- 497.

OLIVEIRA, Paola de Mattos Ribeiro de; DUTRA, Letícia Rocha; MELO, Poliana Pires Torres; REZENDE, Márcia Bastos. Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais: a percepção das educadoras. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 2, p. 186–193, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v26i2p186-193. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/59428.. Acesso em: 10 abr. 2025.

ONU. Comunicação oficial: Crise brutal e constante no Haiti. Disponível em: Crise brutal e constante no Haiti tem efeitos arrasadores sobre crianças | ONU News , acesso em: 24/02/2025.

ONU. Comunicação oficial: Colapso total da Capital do Haiti é possibilidade real. Disponível em: Colapso total da capital do Haiti é possibilidade real, diz alto funcionário da ONU | ONU News. Acesso em: 07/07/2025.

PIERRE, Wanchell. Influências Neoliberais nas Políticas Educacionais no Haiti: Análise Do Plano Operacional 2010/2015 E do Programa de Educação Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO), 2024. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.

PLETSCH, Márcia Dense; FONTES, Rejane de Souza. La inclusión escolar de alumnos con necesidades especiales: directrices, prácticas y resultados de la experiencia brasileña. Educar, Jalisco, México, p. 87-97. abril, julho, 2006.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira: O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, p. 1-11, Jul/Dez 2017.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESPANHA. IN: FÁVERO, Osmar, FERREIRA, Windyz, IRELAND, Timothy e BARREIROS, Débora. Torna a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009. P. 89-103.

SANTOS, C. E. M. DOS; CAPELLINI, V. L. M. F. INCLUSÃO ESCOLAR E INFRAESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL. Cadernos de Pesquisa, v. 51, 2021.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, esquema de análise, casos práticos. 2ª edição – São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA FILHO, D. M. da; MAGALHÃES KASSAR, M. de C. Acessibilidade nas escolas como uma questão de direitos humanos. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e27/ 1–19, 2019. DOI: 10.5902/1984686X29387. Disponível https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/29387 . Acesso em: 21 fev. 2025.

SILVA NETO, de Oliveira Antenor; GONÇALVES ÁVILA, Éverton; REGINA REIS SALE, Tamara; SILVEIRA AMORIN, Simone; KARLA NUNES, Andréa; MARIA SANTOS, Vera: Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, Santa Maria, vol. 31, núm. 60, p. 81-92, janeiro-março 2018.

ST VICTOR, Maxo; MARTINIAK, Vera Lucia. A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana de (1804 – 1843). Revista teias do conhecimento. Ponta Grossa, v 4, p. 60-86, 2024.

UNESCO. Manual para garantir inclusão e equidade na educação. Brasília, 2019.

Cabe ressaltar que este trabalho utiliza ferramentas de inteligência artificial (IA) para verificação e correção gramatical do texto, porém a autoria permanece sendo do autor do TCC.

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

APÊNDICE

Guide d'entretien - Travail de fin d'études

Thème: Politiques publiques pour l'éducation inclusive en Haïti (2010-2015)

Sous-thèmes: Formation des enseignants & infrastructure scolaire

I. Informations personnelles et professionnelles

- Nom:
- Fonction:
- Depuis quand travaillez-vous au FNE?
- Quel est votre niveau d'études?

II. Rôle et fonctionnement institutionnel du FNE

- Quelle est la mission et quelles sont les valeurs fondamentales du FNE?
- Le FNE collabore-t-il avec des organisations locales et/ou internationales? Si oui, lesquelles?
- Quels types de soutien ces organisations apportent-elles au FNE?
- Le FNE dispose-t-il d'un programme spécifique dédié aux enfants en situation de handicap et quel rôle joue-t-elle dans leur inclusion scolaire?

III. Formation des professeurs

- En termes de formation des professeurs, quel rôle joue le FNE?
- Quels sont les types de formation reçus par les professeurs?
- Quelles sont les entités responsables de la formation des professeurs et quelle est la durée de ces formations?

IV. Défis, recommandations et perspectives

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

- Selon vous, quels sont les principaux obstacles à une éducation véritablement inclusive en Haïti et quels éléments pourraient faciliter la mise en œuvre de l'éducation inclusive en Haïti?

V. Infrastructures scolaires

- Le FNE évalue-t-il l'impact de ses actions en matière d'éducation inclusive? Si oui, comment?
- En termes d'infrastructure, quel rôle joue le FNE?
- Les établissements sont-ils accessibles aux élèves en situation de handicap?
- Les toilettes sont-elles adaptées aux besoins des élèves en situation de handicap?

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Thème: Politiques publiques pour l'éducation inclusive en Haïti (2010-2015)

Sous-thèmes: Formation des enseignants & infrastructure scolaire

I. Informations personnelles et professionnelles

- Nom:
- Fonction:
- Depuis quand travaillez-vous au BSEIPH?
- Quel est votre niveau d'études?

II. Rôle et fonctionnement institutionnel du BSEIPH

- Quelle est la mission du BSEIPH?
- Quelles sont les valeurs fondamentales du BSEIPH?
- Le BSEIPH collabore-t-il avec des organisations locales et/ou internationales? Si oui, lesquelles?
- Quels types de soutien ces organisations apportent-elles au BSEIPH?
- Le BSEIPH dispose-t-il d'un programme spécifique dédié aux enfants handicapés?
- Quel rôle joue le BSEIPH dans le processus d'inclusion des enfants handicapés en âge scolaire?

III. Actions en faveur des enfants handicapés

- Comment le BSEIPH accompagne-t-il concrètement les enfants handicapés?
- Le BSEIPH évalue-t-il l'impact de ses actions en matière d'éducation inclusive? Si oui, comment?

IV. Défis, recommandations et perspectives

- Selon vous, quels sont les principaux obstacles à une éducation véritablement inclusive en Haïti?
- Quelles recommandations proposeriez-vous pour surmonter ces obstacles?
- D'après vous, quels éléments pourraient faciliter la mise en œuvre de l'éducation inclusive en Haïti?
- Souhaitez-vous ajouter autre chose qui vous semble important sur ce sujet?

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Guide d'entretien - Travail de fin d'études

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

Thème: Politiques publiques pour l'éducation inclusive en Haïti (2010-2015)

Sous-thèmes: Formation des enseignants & infrastructure scolaire

I. Informations personnelles et professionnelles

- Nom:
- Fonction:
- Depuis quand travaillez-vous à la CASAS?
- Quel est votre niveau d'études?

II. Rôle et fonctionnement institutionnel da CASAS

- Quelle est la mission et quelles sont les valeurs fondamentales de la CASAS?
- La CASAS collabore-t-elle avec des organisations locales et/ou internationales? Si oui, lesquelles?
- Quels types de soutien ces organisations apportent-elles à la CASAS?
- La CASAS dispose-t-elle d'un programme spécifique dédié aux enfants en situation de handicap et quel rôle joue-t-elle dans leur inclusion scolaire?

III. Formation des professeurs

- En termes de formation des professeurs, quel rôle joue la CASAS?
- Quels sont les types de formation reçus par les professeurs?
- Quelles sont les entités responsables de la formation des professeurs et quelle est la durée de ces formations?

IV. Défis, recommandations et perspectives

- Selon vous, quels sont les principaux obstacles à une éducation véritablement inclusive en Haïti et quels éléments pourraient faciliter la mise en œuvre de l'éducation inclusive en Haïti?

V. Infrastructures scolaires

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34

- La CASAS évalue-t-elle l'impact de ses actions en matière d'éducation inclusive? Si oui, comment?
- En termes d'infrastructure, quel rôle joue la CASAS?
- Les établissements sont-ils accessibles aux élèves en situation de handicap?
- Les toilettes sont-elles adaptées aux besoins des élèves en situation de handicap?

Versão Final Homologada
01/08/2025 16:34